

FLAVIANO LUIZ MILAGRES ARAÚJO

**ESPACIALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO
DESENVOLVIMENTO E REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS PARA OS
MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS: UM PANORAMA REGIONAL DOS ANOS
DE 1996, 2000 E 2004.**

**VIÇOSA – MG
DEZEMBRO DE 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**ESPACIALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO
DESENVOLVIMENTO E REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS PARA OS
MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS: UM PANORAMA REGIONAL DOS ANOS
DE 1996, 2000 E 2004.**

Monografia apresentada ao curso de Geografia do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Flaviano Luiz Milagres Araújo

Orientador: Prof. Ronan Eustáquio
Borges

**VIÇOSA – MG
DEZEMBRO DE 2007**

**Monografia defendida e aprovada em, de de 2007, perante banca
examinadora composta por:**

**Prof. Ronan Eustáquio Borges
Orientador**

Prof. Patrício Aureliano Silva Carneiro

Prof. Antônio de Oliveira Júnior

Para minha família, que tanto tem me apoiado, e sem a qual grande parte das minhas realizações não seriam possíveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que me ensinaram muito como pessoa e profissional. À minha família e amigos, que sempre apoiaram e torceram por mim. Enfim, a todos que de alguma forma estiveram comigo nessa caminhada.

SUMÁRIO

Lista de mapas	viii
Lista de Tabelas	ix
Lista de Gráficos	x
Resumo	xii
I- INTRODUÇÃO	13
2. DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE ORÍGENS E ATORES	15
2.1 Miopia Conveniente	18
2.2 Reforma ou Desenvolvimento?	21
2.3 O Espaço Geográfico como Ferramenta para se Interpretar o Problema das Desigualdades Regionais	22
3. O ESTADO E AS DESIGUALDADES: A ATUAL REALIDADE E AS POSSIBILIDADES.	24
4. METODOLOGIA	26
4.1 Os Recursos Considerados	32
5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DE MINAS GERAIS E DA AÇÃO DO ESTATAL POR MEIO DO REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS	33
5.1 Considerações Acerca de Cada Mesorregião	34

5.1.1 Mesorregião Campo das vertentes	34
5.1.2 Mesorregião Central Mineira	36
5.1.3 Mesorregião Jequitinhonha	38
5.1.4 Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte	40
5.1.5 Mesorregião Noroeste de Minas	43
5.1.6 Mesorregião Norte de Minas	45
5.1.7 Mesorregião Oeste de Minas	47
5.1.8 Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas	49
5.1.9 Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	51
5.1.10 Mesorregião Vale do Mucuri	54
5.1.11 Mesorregião Vale do Rio Doce	55
5.1.12 Mesorregião Zona da Mata	58
5.2 Considerações Sobre os Grupos Populacionais das Mesorregiões.	60
5.2.1 Considerações sobre o desenvolvimento municipal, por regiões, nas duas classes populacionais consideradas, em 2000.	61
5.2.1 Os Menos Populosos.	64
5.2.1 Os Mais Populosos.	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

Lista de Figuras

1: Mapa da Divisão mesorregional adotada.	28
2: Mapa dos Municípios amostrados em Minas Gerais.	31
3: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Campo das Vertentes.	35
4: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados na Central Mineira.	37
5: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Jequitinhonha.	39
6: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados na região Metropolitana de Belo Horizonte.	42
7: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Noroeste de Minas.	44
8: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Norte de Minas.	46
9: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Oeste de Minas.	48
10: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Sul/Sudoeste de Minas.	50
11: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.	53
12: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Vale do Mucuri.	55
13: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Vale do Rio Doce.	57
14: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados na Zona da Mata.	60

15: Mapa do IDH-M médio das mesorregiões para os municípios menores da amostra em 2000.	62
16: Mapa do IDH-M médio das mesorregiões para os municípios maiores da amostra em 2000.	63
17: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios menores da amostra em 1996.	65
18: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios menores da amostra em 2000.	66
19: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios menores da amostra em 2004.	67
20: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios maiores da amostra em 1996.	68
21: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios maiores da amostra em 2000.	69
22: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios maiores da amostra em 2004.	70

Lista de tabelas

Tabela 1: Número de municípios amostrados por mesorregião.	29
Tabela 2: Quantidade de municípios amostrados por tamanho da população.	30
Tabela 3: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Campo das Vertentes nos anos considerados.	34
Tabela 4: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Central Mineira nos anos considerados.	36
Tabela 5: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Jequitinhonha nos anos considerados.	38
Tabela 6: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte nos anos considerados.	40
Tabela 7: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Noroeste de Minas nos anos considerados.	43
Tabela 8: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Norte de Minas nos anos considerados.	45
Tabela 9: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Oeste de Minas nos anos considerados.	47
Tabela 10: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas nos anos considerados.	49

Tabela 11: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nos anos considerados.	52
Tabela 12: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios do Vale do Mucuri nos anos considerados.	54
Tabela 13: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios do Vale do Rio Doce nos anos considerados.	56
Tabela 14: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da Zona da Mata nos anos considerados.	59
Tabela 15: IDH-M médio das mesorregiões.	63
Tabela 16: Média populacional dos municípios maiores amostrados das mesorregiões mineiras.	71

ESPACIALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO E REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS: UM PANORAMA REGIONAL NOS ANOS DE 1996, 2000 E 2004.

Resumo

As transformações apresentadas pelo o sistema capitalista de produção tem intensificado as desigualdades regionais presentes em Minas Gerais, notadas na distribuição espacial dos diferentes níveis de desenvolvimento que os municípios mineiros apresentaram em 2000, tanto no âmbito intra quanto inter regional. O Estado, como um dos principais agentes planejadores e transformadores do espaço, tem como uma de suas funções a responsabilidade de buscar a promoção de um desenvolvimento menos discrepante entre as diferentes regiões mineiras. E a forma como repassa os recursos públicos arrecadados aos municípios das diferentes regiões é uma possibilidade de cumprir tal função. Por isso, analisamos os dados referentes aos repasses de recursos nos anos de 1996, 2000 e 2004 dos municípios com população entre dez e vinte mil habitantes e dos municípios com mais de cinquenta mil, para compreendermos como se deu o repasse dos recursos públicos para as diferentes regiões de Minas Gerais. Os dados demonstram, com algumas exceções, que os municípios das regiões mineiras que apresentaram os piores resultados no Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M), medido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, também foram os que receberam os maiores volumes de recursos por habitantes. A própria noção de desenvolvimento, que vem norteando as ações estatais em Minas Gerais e no Brasil como um todo precisa ser repensada. Todavia os repasses de recursos públicos feitos pelo Estado nos anos analisados revelam que ele pode estar tentando promover um desenvolvimento mais equilibrado em Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos esse trabalho, fazemos nossas as palavras que Ladislau Dowbor (1997) usa na introdução seu ensaio sobre a globalização:

A realidade evolui mais rapidamente que nossa capacidade de sistematizar sua compreensão. Assim, somos obrigados às vezes a olhá-la como olhamos um quadro impressionista: com uma certa distância, conscientes de que a imagem que vemos se baseia em pontos de impressão, e de que existem mais pontos do que os que somos capazes de observar. Não há dúvidas de que são frágeis estas *gestalt's* teóricas, saltos intuitivos onde o detalhe é parcial e a metodologia freqüentemente difusa. E, ainda assim, esta intuição nos diz que o que vemos é uma *boa forma*, algo que tem pé e cabeça[...]Assim protegidos, ousaremos avançar com uma visão bem mais ampla do que nos deveria normalmente permitir a limitada capacidade de demonstração científica de que dispomos[...] (DOWBOR, 1997, p. 9).

É com esse mesmo espírito que nos propomos a realizarmos nossa tarefa; sabemos que nossas proposições são apenas generalizações que muitas vezes deixam escapar a complexidade do real, no entanto, elas são imprescindíveis para que não nos percamos na infinitude dos detalhes que constituem o mundo e especificamente, neste caso, o estado de Minas Gerais, foco do nosso estudo. Assim, seguimos certos de que nosso esforço, de muitas formas pode contribuir para ampliar a compreensão humana acerca de questões como as desigualdades regionais.

Como recorte espacial para o desenvolvimento do trabalho, elegemos os municípios do Estado de Minas Gerais. Tal escolha se deveu ao fato de entendermos que este estado apresentar enorme diversidade nos aspectos socioespaciais e de considerarmos que os municípios são os entes da federação mais próximos da população, um dos principais responsáveis por oferecer a esta, uma série de serviços públicos essenciais.

Santos (1979, p. 29) argumenta que:

A estrutura espacial seria [...] a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receitas específica, de uma estrutura de consumo específica, etc.; e de uma organização também específica de técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos. A realidade social é o resultado da interação de todas essas estruturas. As transformações na organização do espaço são simplesmente modificações no valor relativo de cada conjunto local de variáveis. (SANTOS, 1979, p. 29)

A estrutura de receitas específica, foco desse trabalho, se constitui, portanto, em uma das variáveis que se alteradas pode contribuir para modificar os espaços, seja de forma a equilibrá-los ou desequilibrá-los. Pensamos que o estado deve promover alterações nessa variável no intuito de causar mudanças no desenvolvimento dos diferentes espaços, mudanças essas que venham a diminuir sua disparidade. Não pensamos ser essa a única forma que o Estado pode intervir no espaço, tampouco que isso seja sua tarefa exclusiva, mas é também uma de suas tarefas, e priorizar os mais pobres nos repasses de recursos talvez seja a forma mais direta de ele efetuar tal intervenção, também a forma mais imediata.

A chamada “equalização fiscal” é, segundo Santolin, Fontes e Silva (2005), o termo utilizado para designar a meta de redução das desigualdades no que se refere à disponibilidade de recursos dos estados e municípios, com conseqüente redução das desigualdades econômicas, que se refletem no espaço. Ela tem como objetivo final a redistribuição de recursos de estados e municípios de bases fiscais mais fortes, em favor de jurisdições menos privilegiadas.

De certa forma, esta vontade do Estado demonstra seu interesse em tentar promover o desenvolvimento mais igualitário entre os entes da federação. Partindo dessa idéia, o ponto central que norteia nosso principal objetivo é: Relacionar o repasse de recursos do Estado para os municípios mineiros, através das transferências constitucionais, onde as principais fontes de recursos são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), nos anos de 1996, 2000 e 2004, com os Índices de desenvolvimento dos municípios, o IDH-M, considerando a distribuição espacial desses recursos e do IDH-M a fim de observar se o Estado está trabalhando no sentido de repassar mais recursos para os municípios e regiões que apresentam os menores índices de desenvolvimento.

Para alcançar esse objetivo, foram realizadas interpretações de dados publicados pelo poder público, tais interpretações foram realizadas com o auxílio de ferramentas como gráficos, planilhas e mapas, manipulados através “softwares” como o “Microsoft Office Excel 2003” e o “Arc View”, versão 3.2.

Pensamos que os recursos financeiros repassados pelo Estado exercem um importante papel no sentido de promover o desenvolvimento das regiões, principalmente as mais pobres. Por isso, nos empenhamos na realização desse trabalho.

A Pesquisa está dividida em seis partes; introdução; em seguida vem uma breve discussão sobre a desigualdade socioespacial, com suas causas, conseqüências e atores;

na terceira parte é discutido o papel do Estado e suas ações, principalmente no que se refere aos repasses de recursos públicos; a quarta contém a metodologia utilizada ao longo da pesquisa; a quinta parte traz uma exposição dos resultados das pesquisas efetuadas. Nesta, tecemos considerações acerca da situação dos municípios das diferentes regiões do estado de Minas Gerais; por fim, estão as considerações finais do trabalho.

2. DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ORÍGENS E OS ATORES.

O estado de Minas Gerais, como já dito, apresenta grandes diferenças internas em múltiplos aspectos, dos culturais aos físicos, e todas elas podem ser traduzidas nas diferenças espaciais muito marcantes entre as diversas regiões. Inclusive, tais diferenças foram os elementos chaves para a divisão mesorregional estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divisão levada em conta na realização desse trabalho.

Pensamos que as diferenças podem ser vistas como algo muito positivo e engrandecedor, quando estas aparecem em aspectos como os culturais ou mesmo físicos, pois isso pode levar as populações a exercitarem sua capacidade criativa, artística, científica e planejadora. Mas as desigualdades, que se expressam através da riqueza de uns em detrimento da pobreza de outros - variáveis que, ao contrário do que muitos pensam, são interdependentes - devem ser combatidas para que o bem estar e os benefícios advindos, do que muitos autores chamam de “desenvolvimento”, deixem de ser privilégio de uns poucos e se tornem mais acessíveis aos menos favorecidos.

Não entraremos aqui no mérito, mas é claro, o que defendemos não é a expansão, a todos, do atual modelo de desenvolvimento capitalista, pois isso não seria possível dentro da lógica atual de funcionamento desse sistema produtivo, nem sustentável do ponto de vista da natureza. O que defendemos é uma nova lógica produtiva, organizacional, espacial e um novo conceito de desenvolvimento orientador das ações humanas. E o Estado, como um dos agentes organizadores do espaço e da produção, possui um papel importante nas mudanças por nós defendidas.

No Brasil, em quase todos os momentos históricos, o Estado tem agido como um dos principais, senão o principal planejador do desenvolvimento nacional, mas com uma deficiência fundamental no que se refere à própria noção de desenvolvimento, pois ao

adotar o modelo burguês de desenvolvimento, como tem feito, modelo esse que é excludente por natureza, ao invés de promover a redução nas disparidades econômicas nacionais, ele acaba por contribuir para o agravamento da situação de desigualdade socioespacial que marca o país.

Segundo Santos (1979):

Não é exagero, portanto, afirmar que o planejamento atrasou a elaboração de uma adequada teoria de desenvolvimento, contribuindo dessa maneira, direta ou indiretamente, para criar ou agravar o problema para o qual se devia oferecer uma solução. Devido à má compreensão, ou à compreensão incompleta de certos mecanismos, tais como por exemplo a pobreza, foi fácil impor – de dentro ou de fora – uma orientação ao planejamento, que tendia a desviar a pesquisa para problemas menores mantendo ou agravando assim o *status quo*. (SANTOS, 1979, p. 11)

O autor fala sobre a forma equivocada como se via, e muitas vezes ainda se vê, a pobreza, entendida como uma característica própria e independente de alguns espaços, ou como circunstância de uma crise conjuntural, como a do pós-guerra na Europa, visão essa, que levou as autoridades e os planejadores dos países pobres a aceitarem passivamente, ou mesmo a incentivarem o modelo de combate à pobreza adotado para a Europa, ou seja, o modelo que privilegia fundamentalmente o crescimento econômico. Mas, para esse autor, a pobreza no Brasil é estrutural, a sociedade se organiza em torno da desigualdade entre ricos e pobres e, por isso o crescimento econômico nunca se traduziu em redução das desigualdades, pelo contrário, ele só as fez crescer.

E segundo Santos (2003, p.15), esta consequência desastrosa do planejamento em países periféricos como o Brasil é perfeitamente compreensível, ao passo que “[...] esta assim chamada teoria do planejamento toma por premissa uma definição de necessidades estranha a sociedade em questão, tornando impossível, por este próprio fato, qualquer modelo de desenvolvimento nacional”.

É importante observar que essas desigualdades se refletem no espaço, portanto seu acirramento fez com que se acentuassem as desigualdades espaciais brasileiras, pois como o espaço é uma produção social, as mudanças na sociedade se traduzem em mudanças no espaço.

Santos (1979) afirma ainda que na década de 1970 podia-se observar que o modelo produtivo, em vigor na época, a organização da produção era o fator crucial para a organização dos espaços.

[...] a organização da produção organiza um papel de primeiro plano. Pelo próprio fato das exigências da tecnologia, o aparelho de produção conhece uma tendência crescente à concentração, que se traduz igualmente em uma concentração no espaço. (SANTOS, 1979, p. 99)

O autor escreveu isso no fim da década de 1970, e esse período precedia a chamada crise do “fordismo”, que consolidou uma nova estrutura produtiva de caráter global que tem no consumo e não mais na produção o centro de sua organização. Entretanto, isso não provocou mudanças muito significativas no que se refere à situação dos espaços mais e menos privilegiados do ponto de vista econômico, pois a maioria daqueles espaços beneficiados pela antiga estrutura, de que trata Santos (1979), continuaram sendo os mais atraentes ao capital, agora do ponto de vista do consumo, enquanto os outros, que historicamente têm sido desprivilegiados, continuaram relegados ao segundo plano, por não oferecerem melhores possibilidades de lucro que os já consagrados, salvo algumas exceções.

O mesmo autor, Santos (2003), fala sobre a evolução do capitalismo e suas conseqüências socioespaciais.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a desigualdade regional cessa de ser o resultado das aptidões naturais e está se tornando ao mesmo tempo mais profunda e mais especulativa: existe uma maior necessidade de capitais crescentemente volumosos; os recursos sociais também tendem a se concentrar em certos locais onde a produtividade do capital é cada vez mais alta. Tudo está ligado. A atração da força de trabalho é um corolário dos investimentos e os salários mais baixos são um fator adicional para aumentar os lucros e inflar a mais-valia do grande capital. É por isso que se depara com um concentração cumulativa de investimentos e de população nas mesmas cidades. A tendência à especialização agrícola se acompanha da expansão do número de salarizados, da extrema divisão social do trabalho e da concentração econômica e espacial.

Portanto, as mudanças por que passou e vem passando o capitalismo, sem dúvida provocaram mudanças na organização espacial brasileira, mas no sentido de intensificar e não de amenizar as desigualdades entre ricos e pobres, ao contrário, as transformações no modo de produção nacional e internacional ajudaram a aumentar essas disparidades. É bem verdade que as funções de alguns, como daqueles marcados pelo domínio do Cerrado no Centro-Oeste brasileiro mudaram, mas de forma geral, os já privilegiados pelo capital se tornaram ainda mais privilegiados, enquanto os menos dinâmicos continuaram marginalizados no cenário nacional.

Carneiro (2005) discorre sobre o desenvolvimento diferenciado, modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Estado brasileiro, em suas dimensões particulares e articulações socioespaciais.

O desenvolvimento diferenciado apresenta variadas determinações que permeiam não somente as dimensões econômicas, mas também as sociais, políticas e culturais. Isto porque apesar do sistema capitalista estar assentado sobre uma desigualdade econômica, ele cria e recria a desigualdade em termo das relações sociais, materializadas no processo de formação espacial. (CARNEIRO, 2005, p. 12)

As desigualdades, portanto, são características intrínsecas do sistema capitalista de produção, e são, inclusive, imprescindíveis para sua reprodução, pois é preciso que uns sejam mais pobres que os outros para se submeterem a trabalhar por salários cada vez mais inferiorizados em relação à riqueza que se produz, gerando a “mais valia”, sobre a qual se sustenta o sistema.

Como as desigualdades sociais se refletem no espaço, podemos dizer que as desigualdades espaciais não são conjunturais, mais estão no cerne do capitalismo, sendo, portanto, estruturais. Entretanto, esse tipo de interpretação muitas vezes não pode ser observada nos discursos dos técnicos responsáveis pelo planejamento estatal e nos discursos dos cidadãos em geral.

2.1 Miopia conveniente

A forma como a sociedade e o Estado vêem os problemas relativos às desigualdades aqui consideradas está ligada às ações que são tomadas em relação aos mesmos, portanto, ao contrário do que os defensores da técnica, da ação em detrimento da reflexão pensam, discutir os problemas para se chegar a compreensões mais aprofundadas e críticas é absolutamente crucial para que sejam implementadas medidas que os solucionem, ou amenizem de maneira satisfatória.

Falemos então sobre como o problema tem sido encarado pelos “especialistas” do Estado e pela mídia, que segundo Ianni (1997, p. 22) sob muitos aspectos, se tornou o “intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder atuantes em escala mundial; sempre com fortes ingerências em assuntos sociais, econômicos, políticos e culturais, também regionais e nacionais”.

Segundo Champagne (1998):

Quase se poderia dizer que a enumeração dos “mal estares” que surgem no decorrer de semanas na imprensa apresenta, sobretudo, a lista do que se poderia chamar de “mal estares para jornalistas”, isto é, aquelas cuja representação pública foi fabricada para interessar aos jornalistas, ou então aqueles que, por si mesmos, atraem os jornalistas porque são “fora do comum”, ou dramáticos ou emocionantes, e por isso comercialmente rentáveis, pois estão de acordo com a definição social do que é digno de ser “manchete”. A maneira pela qual os meios selecionam e tratam esses mal estares diz pelo menos tanto sobre o meio jornalístico e sua maneira de trabalhar quanto sobre os grupos sociais a que dizem respeito. (CHAMPAGNE, 1998, p. 63)

Os problemas ou são esquecidos por não serem “interessantes” do ponto de vista da mídia, ou são estereotipados pelo sensacionalismo que os jornalistas fazem sobre eles. E de fato a sociedade acaba não sendo bem informada pela mídia, sua maior fonte de informação, sobre as circunstâncias da sua própria situação.

Além disso, a mídia exerce grande influência na formação da opinião pública, transmitindo ao povo os valores das classes privilegiadas, das quais os jornalistas e empresários dos grandes veículos de comunicação geralmente fazem parte. Ela ainda age no sentido de pressionar o Estado a agir de acordo com seus interesses, também elitistas.

Simon Schwartzman, em “As causas da pobreza” (2004) argumenta a respeito das explicações elitistas, que a mídia veicula, sobre os motivos que levam algumas pessoas e alguns lugares a serem, mais ricos ou mais pobres que outros, e fala sobre a caridade, essa forma dissimulada das elites manterem o *status quo* e, ainda, se passarem por generosas. Ele também discute a respeito de outra idéia muito em voga, a do “capitalismo defeituoso”, que explicaria as desigualdades e os problemas sociais brasileiros.

Enquanto esse “capitalismo defeituoso” não se corrige, o paternalismo, em suas diversas manifestações, aparece como a única alternativa de atendimento às necessidades sociais cada vez mais prementes, ou pelo menos cada vez mais presentes nos meios de comunicação de massa: a distribuição de cestas de alimentos, as campanhas de cobertores e outros bens para o natal, os apelos ao trabalho voluntário. Mas, em um regime democrático, com os meios de comunicação abertos e livres, em uma constituição que consagra os direitos sociais, é fácil transformar o paternalismo, que é uma dádiva voluntária e não-requerida, de cima para baixo, em demandas articuladas por direitos e benefícios, de baixo para cima, que encontram o apoio fácil de políticos interessados em se manter sintonizados com as demandas populares (SCHWARTZMAN, 2004, p. 28).

O autor destaca que essa situação predominante na contemporaneidade se torna particularmente conveniente para os mais favorecidos e perigosa para os mais pobres, por duas razões principais: a primeira seria que esse apelo ao voluntarismo, essa caridade de roupa nova, vem num momento em que os governos e as empresas estão sendo cada vez mais pressionados pela ideologia neoliberal a reduzirem ao máximo os chamados gastos sociais, que é como são encarados os investimentos em educação, saúde preventiva, infra-estrutura em geral, ao invés de promover a redistribuição dos recursos para esses fins. Dessa forma, o Estado transfere suas obrigações sociais para a própria sociedade, ou melhor, para as camadas abastardas da sociedade que agem de maneira caridosa para com os menos favorecidos, ou seja, nada muda com relação às estruturas sociais desiguais.

O segundo perigo, ainda mais grave segundo Schwartzman (2004), é que a idéia de que os problemas sociais são, na verdade, fruto do “capitalismo defeituoso”, ou incompleto, pode não estar correta, e ao acreditar nessa idéia, as pessoas são levadas a esperar que esses defeitos no sistema se consertem por si com a evolução do sistema, ou sejam consertados pelos técnicos competentes, os economistas neoliberais, desta forma, mais uma vez as desigualdades se mantêm ou até se agravam.

Sobre as políticas sociais implementadas pelo Estado, com base nos ideais reformistas da elite, Sposati (1992, p. 64) coloca que:

[...]na realidade, no tipo de capitalismo em expansão no Brasil, as políticas sociais não se propõem a sanar as desigualdades, mas, pelo contrário, a mantê-las a custos políticos favoráveis, como formas de redução dos agravamentos dos conflitos sociais”. E continua; “a assistência é vista até como necessária por alguns, mas vazias de ‘conseqüências transformadoras’. Sua operação é revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais”. (SPOSATI, 1992 p. 67)

Os ideais da elite são reproduzidos pela mídia e, inúmeras vezes, acabam se tornando os ideais também dos extratos sociais menos favorecidos, por isso, o povo aceita de bom grado o assistencialismo e as “mudanças reformistas” dos políticos, que em sua grande maioria fazem parte da elite.

2.2 Reforma ou desenvolvimento?

Os políticos e principalmente os técnicos responsáveis pelas políticas estatais muitas vezes são economistas, pois o fator econômico quase sempre tem sido encarado com o fundamental pelo Estado, por isso o pensamento econômico deve ser considerado se desejamos entender as atitudes desses agentes.

Segundo o estudo encomendado: “*Crescimento econômico: como superar limitações e atingir o desenvolvimento social.*” pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 2002, existem duas correntes teóricas na literatura sobre crescimento econômico, que tem implicações sobre as decisões dos governantes no que se refere às políticas econômicas por eles adotadas.

A primeira corrente, que sempre teve mais força no Brasil, defende a idéia de que a acumulação de capital é o fator mais importante para a promoção do crescimento de um lugar ou região, já a segunda corrente defende que a ênfase deve ser dada a formação de capital humano, à acumulação de conhecimento, à geração de tecnologias e técnicas próprias que favoreçam a produção e circulação internas de mercadorias, também ao bem estar dos trabalhadores e cidadãos em geral e não somente a acumulação de capital, que é um fator importante, mas não o principal promotor do crescimento econômico.

A segunda corrente de crescimento econômico apresenta algumas idéias que norteiam nossa concepção de como os recursos públicos devem ser investidos, ou seja, na formação dos cidadãos, na sua saúde, na produção e reprodução do conhecimento e na erradicação da miséria. Dessa forma, serão estabelecidas as condições, não só para o tão mistificado crescimento econômico, mas para o desenvolvimento da sociedade, desenvolvimento entendido em seu sentido *latu-sensu*¹.

Para Gomes (1991):

A história, materializada na prática pelo confronto entre as classes confirmou, em todas as épocas, a existência de *mudanças quantitativas* (graduais, evolutivas e contínuas) para mudanças maiores, pelo fato de atingirem a própria essência da “coisa em si” de *qualidade*

¹ Sentido esse que é mais amplo que aquele presente na idéia de crescimento, pois só há o desenvolvimento de uma sociedade com a distribuição da riqueza, a promoção dos aspectos culturais, a conservação da natureza, entre outros aspectos que não são efetivamente contemplados por essa idéia dominante, porém simplista de crescimento econômico.

(transformadoras, radicais e descontínuas). O motor que conduz à plena maturidade do processo dialético é identificado pelas *contradições* que evoluem do plano de *não-antagônicas* (são as que produzem reformas, mudanças apenas a nível da aparência das coisas) para as *antagônicas* (as que produzem mudanças na natureza, isto é na essência das coisas). (GOMES, 1991, p 44-45)

Esse tipo de análise, que podemos caracterizar como materialista dialética, marca um ponto central das idéias aqui defendidas. Não cremos numa evolução irresistível da sociedade na qual o capitalismo seria apenas uma etapa, na realidade a decisiva, antes da etapa superior, o comunismo, mas confiamos nas mudanças profundas que podem levar ao desenvolvimento *lato senso*, em vez de reformismos superficiais.

Qualquer pessoa que se debruçar minimamente sobre esse assunto perceberá que a elite busca sempre as mudanças “reformistas”, ou seja, aquelas que parecem ocorrer, mas que de fato não mudam nada, ou mudam para manter tudo como está. Em nossa concepção, tais ações só vêm iludir os desfavorecidos para evitar os conflitos provenientes das desigualdades produzidas pelo capitalismo.

2.3 O Espaço Geográfico como Ferramenta para se Interpretar o Problema das Desigualdades Regionais

Dolfus (1978) apresenta uma breve definição do que para ele representa o conceito de espaço geográfico:

O espaço geográfico é um espaço localizável, concreto, “banal” segundo a expressão do economista François Perroux. Se cada um dos pontos do espaço é susceptível de ser localizado, o que importa é sua situação relativamente a um conjunto no qual se inscreve e as relações por ele mantidas com os diversos meios de que faz parte. Tal como o espaço dos matemáticos ou como os dos economistas, o espaço geográfico se faz e evolui a partir de conjuntos de relações: essas relações entretanto se estabelecem no interior de um quadro concreto: o da superfície da terra. (DOLFUS, 1978, p. 7-8)

Devemos colocar que as relações de que fala esse autor não devem ser interpretadas apenas como somente as relações das pessoas com o seu meio, ou apenas como as relações entre as pessoas que habitam os diferentes espaços, mas também como

as relações entre os próprios espaços, cada qual com suas diferentes e muitas vezes dependentes funções.

Edward Soja (1993, p. 64) nos lembra que “a organização do espaço é um produto social – que emerge da prática social deliberada”, e não é apenas a sociedade que organiza ou constrói o espaço, mas esse também exerce similar influência sobre a sociedade, ao passo que ela, a sociedade, precisa se adaptar a ele, o espaço.

Duas observações devem ser feitas acerca do conceito de espaço geográfico; a primeira é que ele não deve ser pensado através da noção de homogeneidade, pois é a diferenciação entre os lugares e regiões uma das características que o definem; por outro lado, também não se pode perder de vista a idéia de interligação, ou interdependência entre os diferentes espaços, pois essa é a segunda característica fundamental que caracteriza a noção de espaço geográfico. Ou seja, o espaço geográfico é heterogêneo, seus fragmentos geralmente estão interligados e são interdependentes.

Segundo Carneiro (2005):

[...] é imprescindível que a compreensão do espaço nunca se dê a partir da categoria de homogeneidade, mas por meio da idéia de diversidade espacial, visto que as desigualdades regionais devem ser interpretadas como fruto da ação combinada e contraditória das diferentes práticas sócio-econômicas e políticas. (CARNEIRO, 2005, p. 19)

Essas noções, na realidade, já estão contempladas pela idéia de espaço geográfico, que não é apenas físico, mas também humano e, por isso social. Como ressalta Bourdieu (1998, p. 163), “o espaço, ou mais precisamente, os lugares e os locais do espaço social reificado, e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas dentro dos diferentes campos”.

Portanto, o espaço geográfico é algo concreto, é a superfície da terra, mas é essa superfície transformada pelas sociedades que a habitam e que nela travam suas lutas, por isso, as relações sociais se materializam no espaço. Assim sendo, o espaço torna-se reflexo da sociedade e serve como excelente ferramenta de leitura e interpretação da própria sociedade, ferramenta essa que nós, Geógrafos, devemos saber usar.

A própria noção de espaço geográfico traz em si a idéia de desigualdade; por isso, talvez seja essa uma das melhores categorias de análise da sociedade e seus conflitos.

3. O ESTADO E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A ATUAL REALIDADE E AS POSSIBILIDADES.

Sobre as formas com as quais o Estado pode agir sobre os espaços, ou formas que ele costumeiramente age, Santos (1979) escreve que as ações do Estado, invariavelmente, provocam mudanças espaciais, seja no sentido de reduzir ou aumentar seus desequilíbrios.

Nas condições históricas atuais, avulta o papel do subsistema político, a começar pela ação que o seu nível mais alto, o Estado, representa a adoção ou modificação de um modelo dado de produção, de um modelo dado de consumo, de um modelo dado de distribuição dos recursos. A forma como o Estado se comporta em cada um desses domínios conduz a um resultado diferente no tocante a organização do espaço nacional. O próprio Estado age seletivamente em relação aos diversos atores da economia[...] Além disso, através da repartição das infra-estruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população, a instância política está decidindo, consciente ou inconscientemente, a localização das empresas, das instituições e dos homens, segundo características específicas, sobre o espaço nacional. Tudo isso sem contar com o poder discricionário que é dado ao Estado de criar novas atividades, de defini-las e de localizá-las ao seu alvedrio, sem relação obrigatória com as demandas das outras demandas sociais. (SANTOS, 1979, P. 46)

Ao tratar de uma possível contradição que muitos acreditam ter havido, ou ainda estar havendo, entre os interesses e ações do estado e as idéias liberais, ou neoliberais, Pierre Bourdieu (1998) coloca que:

A oposição entre liberalismo e estatismo, que ocupa tanto os ensaístas, não resiste um segundo à observação. Verificamos, por exemplo, que o Estado contribui de maneira determinante no mercado imobiliário, principalmente através do controle que exerce sobre o mercado dos solos e as formas de ajuda que fornece para a compra ou aluguel de habitações; e que, ao mesmo tempo, contribui para definir a distribuição social do espaço (sobre a qual atua também pela ação que exerce sobre o mercado do trabalho e sobre o mercado escolar). E confirma-se a retirada do Estado e a diminuição da ajuda pública destinada à construção quando, no decorrer dos anos 70, os incentivos no setor imobiliário são substituídos pela ajuda individualizada; ora esta mudança é que é, no essencial, responsável pelo aparecimento dos lugares de relegação nas quais, sob o efeito da crise econômica e desemprego, se encontram concentradas as populações mais desfavorecidas. (BOURDIEU, 1998, p. 216)

Portanto, o que se pode inferir, é que não há e não houve, de fato, uma oposição entre o Estado e o capital, ou entre os estadistas e os neoliberais. Na realidade, a

doutrina neoliberal foi direta ou indiretamente implantada com a contribuição, imprescindível do Estado e as conseqüências sociais delas, ou seja, o agravamento das desigualdades entre as classes sociais e os lugares, são, de certa forma, frutos da própria ação estatal.

Santos (1979), discorrendo sobre o papel do Estado coloca que:

Ao invés de incentivar a expansão dos setores dinâmicos, dever-se-ia dar mais atenção aos setores da indústria de transformação que estão produzindo para a maioria da população. De imediato, poder-se-ia atingir vários resultados. Primeiro as principais fontes de dependência tecnológica e financeira seriam eliminadas através de uma melhor utilização dos recursos nacionais. O abandono de certas técnicas avançadas facilitaria o desenvolvimento de técnicas autenticamente nacionais e permitiria a expansão de empregos e do mercado interno, suprimindo ao mesmo tempo a desesperada necessidade de recorrer à exportação. Se a tecnologia não exige uma constante modernização, a atividade industrial pode ser melhor difundida espacialmente, com a multiplicação dos centros de produção, resultando uma maior *produtividade espacial*. A partir desse verdadeiros pólos de desenvolvimento, irradiar-se-iam múltiplas conseqüências, efeitos de *feedback* laterais e positivos, capazes de estimular a atividade econômica e o emprego, obtendo-se, dessa maneira, uma redistribuição mais eqüitativa da riqueza.

A pobreza não pode ser combatida sem se considerar as repercussões espaciais do crescimento. Numa situação de produtividade espacial, como a descrevemos, atividades mais modernas seriam conectadas ao setor não moderno da economia. O capital seria encaminhado para duas direções e não dirigido unicamente para o setor moderno, o que permitiria, concomitantemente, a criação de novos empregos. O Estado tornar-se-ia mais poderoso, na medida em que as atuais limitações desapareceriam. Por um lado, não teria mais que dividir com os monopólios as poupanças nacionais disponíveis e, por outro lado, estaria mais livre para a escolha de investimentos, o que permitiria uma política social destinada a corrigir a desigualdade. (SANTOS, 1979, p. 115-116)

Hoje, quase quarenta anos após Milton Santos ter escrito essas palavras, pode-se dizer que essas sugestões ainda não foram seguidas, pois o grande capital continua entre os agentes mais fortes que intervêm no espaço, brasileiro e mundial, e o Estado, mesmo ainda sendo um desses importantes agentes, vem reduzindo seu clássico papel de planejador e promotor do desenvolvimento nacional, devido ao advento das doutrinas neoliberais.

Mesmo assim, entendemos que o Estado continua possuindo um papel central na organização do espaço nacional, e mineiro, do qual trata esse trabalho, não mais como o único agente responsável por promover o bem estar geral dos cidadãos com a redução das disparidades regionais e sociais, mas como um agente que é capaz de regular a atividade produtiva, através de suas leis e barreiras fiscais; que é capaz de promover

debates sobre o modelo de desenvolvimento através da escola, e que é capaz de intervir diretamente com programas e campanhas que visem o desenvolvimento de dentro para fora, aproveitando as potencialidades dos lugares, ao invés de importar modelos prontos que não se encaixam em nossas peculiaridades.

E, de forma inicial e mais direta, redistribuir os recursos públicos arrecadados em território nacional para atender aqueles espaços não privilegiados dentro dos atuais arranjos produtivos globais, regionais e locais.

4. METODOLOGIA

No intuito de realizar esse trabalho, procuramos uma bibliografia que contém obras relevantes sobre temas como desenvolvimento, expansão capitalista, desigualdades socioespaciais, o papel do Estado como planejador do espaço e as interpretações que os diferentes atores, mídia, técnicos do Estado e acadêmicos tecem sobre o tema das desigualdades regionais. Autores como Milton Santos, Pierre Bourdieu, Ladislau Dowbor, Patrício Carneiro, Simon Schwartzman, Otávio Ianni e outros foram pesquisados para que pudéssemos expor comentários e travar debates sobre o tema em questão e os assuntos que o cercam.

Além deste embasamento teórico, a pesquisa está estruturada também sobre interpretações de tabelas, gráficos e mapas elaborados por outros autores, ou por nós construídos a partir de dados disponíveis no sítio da Secretaria Nacional da Fazenda (STF)², o que disponibiliza informações sobre as transferências constitucionais feitas aos municípios pela União e pelos estados, além do sítio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU)³, que disponibiliza informações a respeito do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M). Estes dados foram usados na avaliação do grau de desenvolvimento dos municípios nas diferentes regiões mineiras e foram cruzados com os dados dos repasses de verbas, para que pudéssemos inferir se o Estado está ou não distribuindo os recursos de forma a beneficiar os municípios mais necessitados em Minas Gerais.

² www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferenciasconstitucionais.asp

³ www.pndu.org.br/atlas/tabelas/index.php

Usamos o IDH-M para medir o grau de desenvolvimento dos municípios mineiros por entendermos que esse índice se adequa perfeitamente ao nosso trabalho, pois, segundo o artigo “Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados”, do Programam das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU), as variáveis usadas para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios são parecidas com as usadas para o cálculo do IDH; aquelas ligadas a educação, longevidade e renda. Alguns indicadores do IDH-M não são os mesmos e embora meçam os mesmos fenômenos, são mais adequados para se avaliar a situação de núcleos populacionais menores, como os municípios por nós analisados, enquanto aqueles usados no cálculo do IDH se adequam melhor para a análise de grandes núcleos populacionais como países, ou continentes.

Sobre os indicadores usados para se calcular o IDH-M, Scavazza (2003) explica que:

Na dimensão educação, são considerados os indicadores: taxa de alfabetização de pessoas acima de quinze anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de freqüência à escola (com peso um). Para a avaliação da dimensão longevidade, o indicador é o mesmo do IDH de países: a esperança de vida ao nascer, que sintetiza as condições de saúde e salubridade daquela localidade. Para a renda, utiliza-se a renda municipal *per capita*, aferida a partir das respostas ao questionário expandido do censo. O IDH-M de cada município é calculado pela média aritmética simples dos sub-índices resultantes dessas três dimensões. (SCAVAZZA, 2003, p. 16-7)

Os dados que buscamos no sítio da Secretaria do tesouro Nacional para realizarmos essa pesquisa referem-se às transferências constitucionais, que segundo Santolin (2005) são as transferências decorrentes da repartição das receitas tributárias.

Adotamos esses dados principalmente por que as transferências constitucionais representam quase o total de recursos públicos recebidos em grande parte dos municípios, o restante é composto pelas transferências voluntárias, que são definidas no artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal como sendo “os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do governo”, mas esses recursos são pouco representativos.

Como se sabe, Minas Gerais é um estado muito grande, possui mais de 850 municípios. Por isso, para que o trabalho não se tornasse excessivamente dispendioso e

não ficasse complicado de ser realizado, ou compreendido pelos leitores, decidimos adotar como base para nossas análises a divisão do estado de Minas Gerais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta o estado dividido em doze mesorregiões. Dessa forma, nós analisamos os municípios, não de forma isolada, mas dentro das mesorregiões a que eles pertencem e analisamo-los comparando seus resultados médios com os resultados dos municípios das outras mesorregiões. (Figura 1)

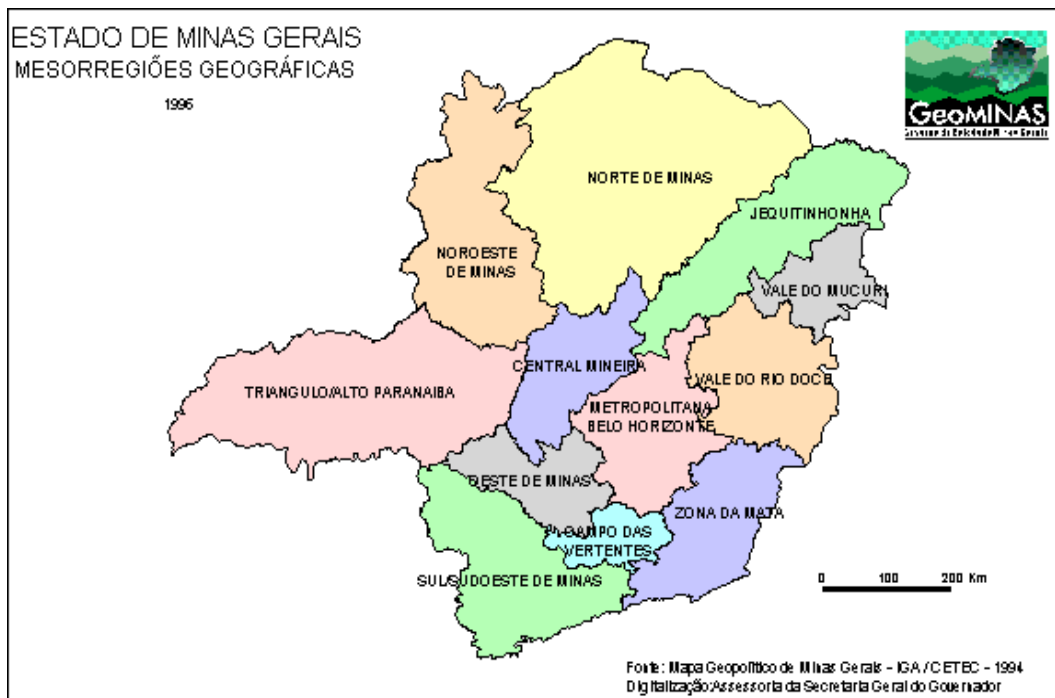


Figura 1. Mapa da divisão mesorregional adotada. (1996)

Ainda por causa do grande número de municípios do estado de Minas Gerais, que dificultava o levantamento e a manipulação dos dados, decidimos realizar uma seleção amostral dos municípios mineiros, ao invés trabalhar com todos.

Para a definição da amostra, foi feito um levantamento em que 139 dos 853 municípios do estado foram amostrados. A amostra foi realizada em cada mesorregião na proporção aproximada de 1/6 dos municípios, como mostra o quadro 1 abaixo:

Tabela 1: Número de municípios amostrados por mesorregião.

Mesorregião	Número total de municípios	Número de municípios amostrados
Campo das Vertentes	36	6
Central Mineira	30	5
Jequitinhonha	51	8
Metropolitana de Belo Horizonte	105	17
Noroeste de Minas	19	4
Norte de Minas	89	15
Oeste de Minas	44	7
Sul/Sudoeste de Minas	146	24
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66	11
Vale do Mucuri	23	4
Vale do rio Doce	102	15
Zona da Mata	142	23
Total	853	140

Fonte: Elaboração do autor.

Quando começamos a levantar os dados, percebemos que haviam diferenças muito acentuadas entre os dados de municípios mais populosos e menos populosos, por isso, para que a análise não ficasse por demais generalizada entre as mesorregiões e para que fosse possível a realização de considerações mais detalhadas e precisas internas a cada mesorregião, optamos por fazer uma segunda subdivisão na amostra, uma divisão entre duas classes populacionais.

Por isso, do total dos municípios amostrados, aproximadamente 2/3 foram constituídos por aqueles que se enquadram na primeira categoria populacional; municípios de dez a vinte mil habitantes, com algumas exceções não muito discrepantes. Enquanto os 1/3 restantes foram constituídos por aqueles municípios que

se enquadravam na outra categoria; mais de cinquenta mil habitantes, também com algumas exceções não muito discrepantes. (Quadro 2)

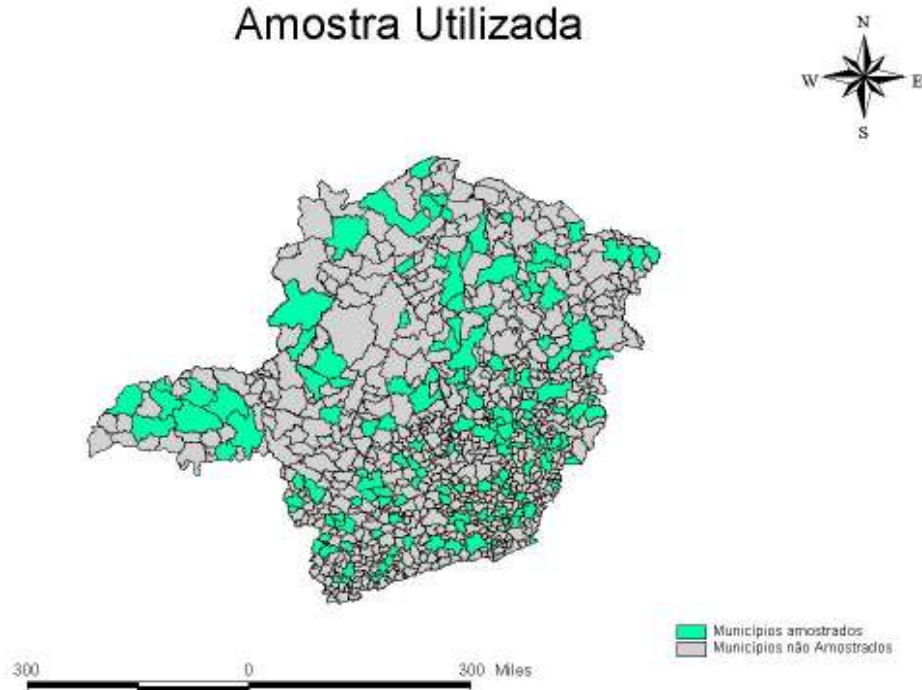
Tabela 2:Quantidade de municípios amostrados por tamanho da população.

Mesorregião	Total da Amostra	Número de municípios menores amostrados	Número de municípios maiores amostrados
Campo das Vertentes	6	4	2
Central Mineira	5	4	1
Jequitinhonha	8	5	3
Metropolitana de Belo Horizonte	17	12	5
Noroeste de Minas	4	3	1
Norte de Minas	15	11	6
Oeste de Minas	7	4	3
Sul/Sudoeste de Minas	24	17	7
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	11	7	4
Vale do Mucuri	4	3	1
Vale do rio Doce	15	12	3
Zona da Mata	23	16	7
Total	140	96	44

Fonte: Elaboração do autor.

Para que a amostra fosse a mais representativa possível, decidimos realizá-la de forma a tentar fazer com que os municípios amostrados ficassem da melhor forma distribuídos no mapa, ou seja, de forma que eles ficassem fisicamente mais afastados, mas isso não se mostrou totalmente possível, porque em algumas regiões foi difícil encontrar municípios que atendessem ao requisito populacional, e inclusive tivemos que abrir algumas exceções em tais requisitos. (Figura 1)

Amostra Utilizada



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 2: Mapa dos Municípios amostrados em Minas Gerais. (2007)

Uma questão importante que surgiu ao longo do levantamento dos dados foi correlação ao volume total de recursos que os municípios recebem, porque existem enormes diferenças populacionais entre as mesorregiões e entre os municípios das mesmas, e é óbvio que os municípios maiores tendem a receber mais recursos que os menores, então como comparar o repasse para esses municípios de tamanhos populacionais diferentes? Para resolver esse problema, buscamos uma solução bastante simples; dividir o total dos recursos recebidos pelo número de habitantes que o município possui, dessa forma, encontramos um número referente à quantidade de recursos que os municípios receberam para gastar com cada um de seus habitantes.

Os dados referentes às populações dos municípios amostrados foram buscados nos censos de 1996 e 2000 e na estimativa populacional para o ano de 2004, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados relativos ao IDH -M dos municípios mineiros, por nós usados na pesquisa foram levantados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e referem-se ao ano de 2000.

Esses dados relativos ao ano de 2000 coincidem justamente com o período médio da nossa pesquisa, que considera os anos de 1996, 2000 e 2004, assim, foi possível tecermos observações acerca de tendências no sentido de observar se os repasses estão sendo feitos com o intuito de priorizar aqueles municípios que se encontram em situações menos favorecidas no aspecto do desenvolvimento.

Os municípios são as unidades de análise centrais deste trabalho, mas eles não foram considerados isoladamente, eles foram agrupados por mesorregiões, e por isso nossa análise é na realidade uma análise regional do estado de Minas Gerais, tanto no que se refere aos índices de desenvolvimento municipais, quanto no que se refere ao repasse de recursos por habitante, além disso, também realizamos análises internas a cada mesorregião.

A manipulação dos dados foi realizada principalmente com o auxílio de planilhas do “Microsoft Office Excel 2003” e do “Arc View 3.2”, *softwares* com os quais efetuamos as operações matemáticas, desenvolvemos os quadros, tabelas, gráficos e confeccionamos os mapas necessários às nossas interpretações e à exposição dos resultados desse trabalho.

4.1. Os Recursos considerados.

Ao se investigar os dados referentes à origem dos recursos recebidos pelos municípios mineiros amostrados, observa-se que eles provém do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Territorial Rural (ITR), IOF, Lei Complementar 87/96 e do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF).

Outro aspecto interessante a ser frisado, é que as fontes mais relevantes, somando em todos os casos mais de 90% do total dos recursos, são o FPM, o FUNDEF e o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), regulamentado pela Lei complementar 87/96.

Além disso, a proporção da importância de cada uma dessas fontes varia de acordo com o tamanho populacional dos municípios. Nos municípios menores da amostra, por volta de 85% do total dos recursos recebidos são provenientes do FPM, ficando o FUNDEF responsável por fornecer os quase 15% restantes e as demais fontes são pouco relevantes.

À medida que se passa a observar os dados dos municípios mais populosos, observa-se que quanto maiores, mais a importância do FPM diminui e a do FUNDEF e

LC 87/96 crescem, embora a importância dessa última não ultrapasse os 10% nem mesmo em Belo Horizonte, município mais populosos do estado.

Segundo o texto “Fundo de Participação dos Municípios – FPM”⁴, a explicação para essa distribuição de recursos encontra-se na forma como o FPM é repassado, pois os índices de repasse desse fundo são calculados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), utilizando como fatores; a população e o universo da renda per capita. Contudo, do montante desse fundo, 10% são repassados para as capitais dos estados, 3,6% para as cidades do interior com mais de 156216 habitantes e os restantes 86, 4% são repassados para os demais municípios, por isso ele é mais representativo para os pequenos.

Já os recursos do FUNDEF são calculados tendo por base o total de alunos dos municípios e por isso, eles são mais representativos para os municípios maiores, que possuem mais alunos.

5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DE MINAS GERAIS E DA AÇÃO DO ESTATAL POR MEIO DO REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS.

Ao observarmos os dados referentes o volume de recursos repassados aos municípios de Minas Gerais nos anos de 1996, 2000 e 2004 que levantamos, o que inicialmente nos chama a atenção, é que houve um grande aumento em cada um desses intervalos de tempo.

Na maioria dos municípios essa taxa de recursos recebidos por habitantes dos municípios mais que triplicou em oito anos (de 1996 a 2004) e esse aumento pode ser verificado em todos os municípios e regiões analisadas, embora o crescimento não tenha ocorrido de forma homogênea, ou seja, em algumas o crescimento foi maior do que em outras.

5.1 Considerações Acerca de Cada Mesorregião

⁴ disponível no sítio www.fazenda.mg.gov.br/assuntos_municipais, (acesso em 6/12/2007).

5.1.1 Mesorregião Campo das vertentes

Nessa mesorregião, é fácil observar que os maiores municípios da amostra apresentam um volume de recursos recebidos por habitante bem menor que os municípios menores amostrados. Por exemplo, nessa mesorregião Barbacena e Lavras com mais de 107 e 72 mil habitantes em 1996, receberam respectivamente cerca de 46 e 52 reais por habitante dos governos estadual e federal no mesmo ano. Já os municípios menores com populações que não chegavam a 14 mil habitantes receberam em média quase 110 reais por habitante em 1996. (Tabela 3)

Tabela 3: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Campo das Vertentes nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Barbacena	107810	46	124601	83,2	121397	154,3
Lavras	72947	51,8	88291	93,6	85380	184,2
Total	180757	48,3	212892	87,5	206777	166,6
<hr/>						
Municípios menores						
Antonio Carlos	10334	112,4	11652	170,7	11413	290,9
Candeias	13970	124,5	15091	179,6	14898	284,5
Lagoa Dourada	10862	106,3	12497	205	12188	335,8
Senhora dos remédios	9785	88,3	10245	134,2	10177	221
Total	44951	109,4	49485	174,5	48676	285,6

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2000, enquanto os dois maiores municípios citados receberam cerca de 83 e 93 reais respectivamente, os menores receberam em média mais de 174 reais. Observa-se que houve um grande acréscimo nos números e que esse acréscimo foi percentualmente maior para os municípios grandes, mas que ainda assim eles continuaram arrecadando menos recursos por habitante que os municípios menores.

No ano de 2004, os municípios maiores da amostra receberam respectivamente cerca de 154 e 184 reais por habitante, enquanto a taxa média dos menores ficou por volta de 285 reais. Mais uma vez o crescimento percentual foi um pouco maior para os municípios maiores, mas eles continuaram desfavorecidos em relação aos pequenos.

Algo que devemos frisar é que há nos anos analisados um crescimento no volume de recursos recebidos por habitante em todos os municípios e que esse crescimento é também maior nos municípios maiores nos três momentos.

No Campo das Vertentes os municípios maiores, respectivamente Barbacena e Lavras, apresentam bons índices de desenvolvimento, obtendo uma média acima de 0,8 e ocupando a 44ª e a 14ª posição no ranking estadual, já os municípios menores apresentam dados menos satisfatórios, apresentando uma média menor que 0,72 e uma posição média de 466ª entre os do estado. (Figura 3)

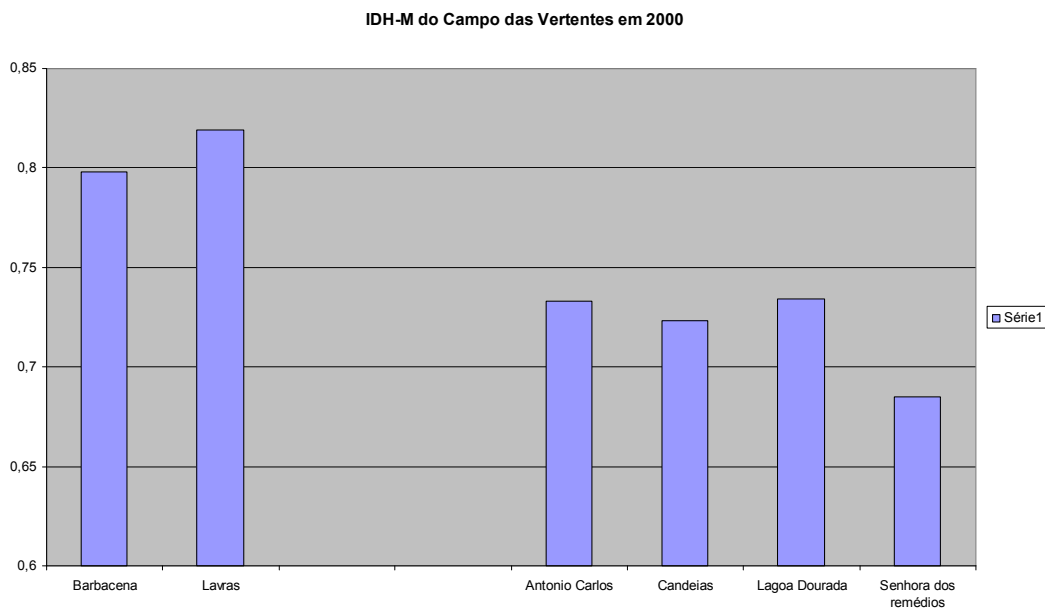


Figura 3: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Campo das Vertentes – 2000.

Fonte dos dados: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

A maior discrepância interna nessa mesorregião ocorre com o município de senhora dos remédios que apresenta um índice de 0,685, menor que o dos demais que atingem 0,73 em média sem aquele primeiro.

5.1.2 Mesorregião Central Mineira

Na Mesorregião Central Mineira, por causa do reduzido número de municípios, apenas 30 e por essa mesorregião ser composta quase exclusivamente de municípios pequenos, foi amostrado apenas um município mais populoso, Curvelo, o maior com cerca de 63,5 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 1996. Neste ano, Curvelo recebeu por volta de 60 reais por habitante e os municípios menores amostrados receberam em média mais de 115. (Tabela 4)

Tabela 4: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Central Mineira nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Curvelo	63467	60	73792	86,1	71871	158,6
Municípios menores						
Buenópolis	9870	117,1	10687	184,6	10590	330,2
Dores do Indaiá	14723	118,2	14758	189,7	14645	325,7
Felixlândia	12010	97,9	13418	180,2	13224	300,1
Martinho Campos	11382	128,6	11788	186,3	11797	303,8
Total	47985	115,4	50651	185,3	50256	314,8

Fonte dos dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Já em 2000, a taxa de Curvelo foi de um pouco mais de 86 reais por habitante e a taxa dos municípios pequenos de mais de 185 reais em média. Nessa mesorregião, vemos que também há um grande crescimento nestes números em relação aos de quatro anos antes.

Em 2004, a taxa de Curvelo foi de cerca de 159 reais, enquanto a média dos municípios menores foi de quase 315 reais. Houve um significativo acréscimo em todos os municípios, mas o município maior, Curvelo, apresentou um acréscimo percentualmente maior em relação ao ano 2000, o que reduziu um pouco sua diferença para os pequenos, é bem verdade que de forma pouco significativa.

No aspecto do desenvolvimento, o fato mais marcante da Central Mineira e que ela é a região que apresenta a menor desigualdade entre o município mais populoso

considerado, Curvelo, e os menores. O resultado de Curvelo é melhor que o dos demais, mas a distancia é pequena pois Curvelo com o índice de 0,755 está muito próxima, por exemplo, de Dolores do Indaiá e de Martinho Campos com 0,752 e 0,748 respectivamente. (Figura 4)

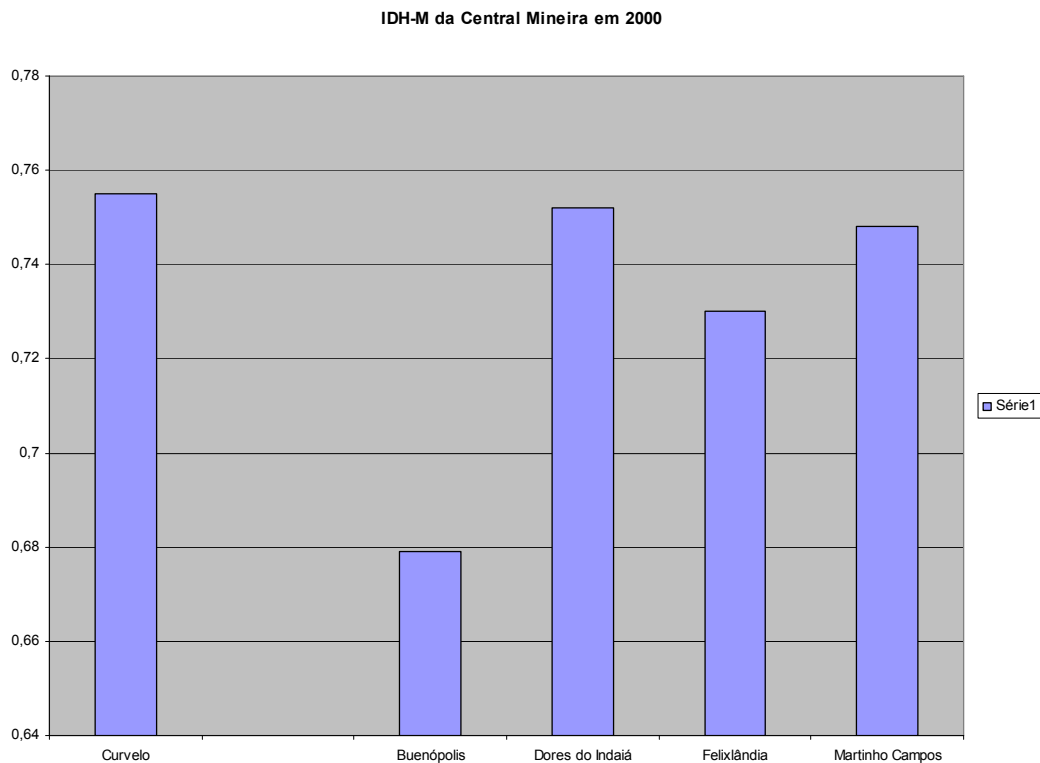


Figura 4: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados na Central Mineira.

Fonte dos dados: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

Entre os pequenos dessa mesorregião, o destaque negativo é de Buenópolis, com 0,679, contra uma média maior que 0,74 dos demais. Se observarmos seus dados referentes aos recursos recebidos por habitante no quadro 4, iremos perceber que esse município recebe uma quantidade de recursos não muito discrepante dos demais analisados.

5.1.3 Mesorregião Jequitinhonha

Nessa mesorregião, os municípios maiores apresentaram em 1996, uma taxa média na casa de quase 76 reais, nesse mesmo ano, a média dos municípios menores foi de mais de 119 reais. (tabela 5)

Tabela 5: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Jequitinhonha nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Almenara	32728	97,3	36637	130,4	36254	264
Araçuaí	34651	66,6	37108	106	36681	182,4
Diamantina	43405	67	44229	106,8	44238	188,5
Total	110784	75,8	117974	113,9	117173	209,9
Municípios menores						
Berilo	13089	153,9	12790	217,3	12848	326,3
Comercinho	10216	113,1	10177	191,9	10186	306
Gouveia	11424	101,2	11860	162,3	11808	267,3
Jacinto	11850	123,2	12026	192,1	12045	339,2
Virgem da Lapa	13788	104,4	13485	172,7	13542	282,5
Total	60367	119,7	60338	187,2	60429	304,1

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Observa-se novamente uma diferença acentuada na taxa de municípios maiores e menores, isso apesar do fato de que essa é a mesorregião onde houve a menor diferença populacional entre os municípios maiores e menores amostrados, pois, embora tenhamos buscado os mais populosos da região, a média populacional dos municípios maiores amostrados não chegou a 37 mil habitantes, contra uma média de quase 12 mil habitantes dos municípios menores.

Essa diferença menor, em comparação com as demais regiões, poderia nos levar a pensar que a diferença na taxa de recursos recebidos por habitante fosse também menor, visto que se analisarmos os dados no geral iremos observar que quanto maior a diferença populacional, maior será a diferença na taxa em favor dos menores, contudo, o efeito disso que seria esperado não ocorreu de forma muito expressiva, no Jequitinhonha.

Os dados do período seguinte, 2000, mostram que houve um crescimento no repasse de recursos por habitante e que esse fez crescer a disparidade entre as taxas de menores e maiores, esses últimos receberam menos de 114 reais por habitante, enquanto os menores saltaram para cerca de 187 reais.

No período posteriormente observado, nota-se o crescimento generalizado e mais uma vez há o aumento da disparidade nos números de grandes e pequenos, embora percentualmente a taxa média dos grandes tenha crescido mais, não houve redução da disparidade porque a diferença nos números de partida do período anterior era muito marcante. Nesse ano de 2004, os municípios maiores receberam quase 210 reais, contra cerca de 304 reais recebidos pelos menores. (Figura 5)

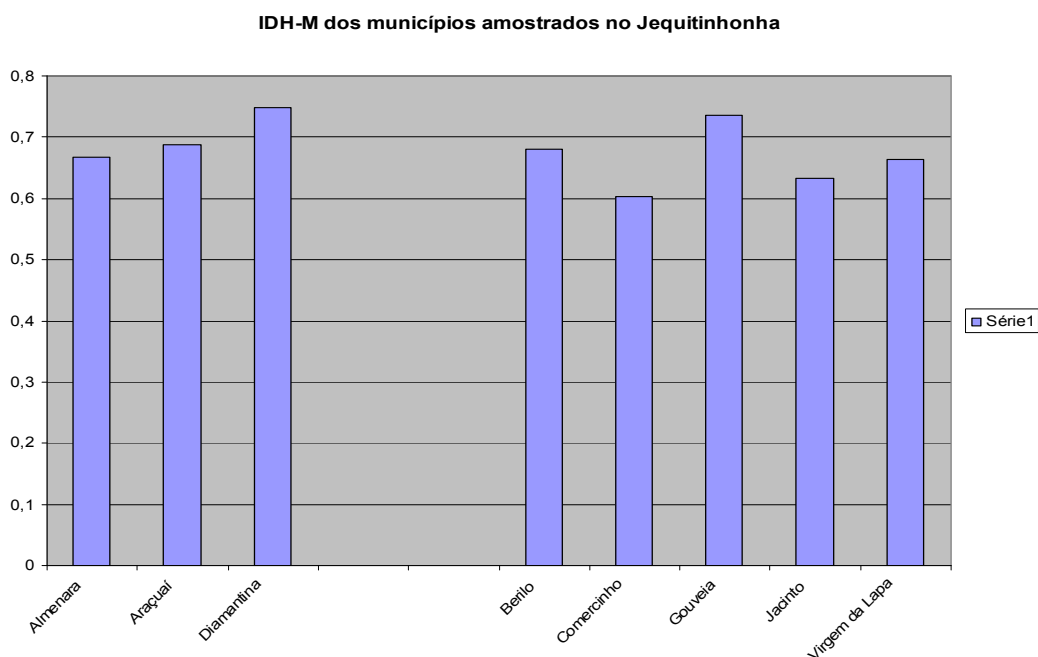


Figura 5: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Jequitinhonha – 2000.

Fonte dos dados: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

O Jequitinhonha é a mesorregião que apresenta o pior índice de desenvolvimento médio no que se refere aos municípios mais populosos amostrados, cerca de 0,7, sendo que Diamantina com 0,748 faz subir bastante a média dos demais, que sem este município não passaria de 0,677. (Figura 5)

A mesma mesorregião também não apresenta bons resultados entre os menores da amostra, pois é a terceira pior em relação ao índice médio estadual, perdendo apenas para o Norte de Minas e o Vale do Mucuri.

Entre os municípios maiores existe um, Gouveia, que com o índice de 0, 735, se destaca dos demais, que juntos chegam a apenas 0,663.

5.1.4 Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

A Metropolitana de Belo Horizonte é a mesorregião que apresenta a maior disparidade entre as taxas de municípios grandes e pequenos, além disso, (Tabela 6)

Tabela 6: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Belo Horizonte	2091371	22,8	2424295	60,2	2350564	105
Conselheiro Lafaiete	94538	46	113019	75,5	109904	147,1
Coronel Fabriciano	93012	49,6	104851	83,1	102588	143,4
Ibirité	106781	40,6	176617	57,6	161208	163,6
Itabira	95205	49,2	107721	125,2	104846	182,9
Pará de Minas	68585	51,1	81739	88,9	79068	157,8
Total	2549492	27,1	3008242	64,6	2908178	115,5
Municípios menores						
Bel Vista de Minas	10133	113,8	10032	192,8	9975	268,2
Conceição do Mato Dentro	19062	91,1	18575	151,6	18594	261,4
Dionísio	9266	124,5	10221	160,5	10212	297
Entre Rios de Minas	12838	112,3	13749	151,9	13555	249,3
Ferros	12419	139,6	11003	209,1	11409	302,7
Itaguara	11225	128,6	11768	174,8	11626	278,9
Jaboticatubas	12409	116,8	14132	181,5	13948	343,9
Nova Era	17426	99,8	17864	169,8	17830	269,8
Raposos	14630	98,5	14324	167,9	14313	288,9
Santa Maria de Itabira	10320	111,9	10282	197,1	10301	336,6
São Domingos do Prata	18051	96,1	16829	165,4	17078	249,9

São João Evangelhista	15224	113,8	15638	164,1	15603	269,0
Total	163003	109,9	164417	171,6	164444	281,6

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

ela é a que melhor explica a já citada tendência de que quanto maior a população de um município, menor tende a ser o volume de recursos por habitante que ele recebe, o exemplo claro disso é o município de Belo Horizonte que de longe possui a maior população do estado e que apresentou a menor taxa em dois dos períodos analisados, tendo apenas superado Ibirité no ano de 2000, fato que se modificou no ano de 2000 quando a capital mineira voltou a apresentar disparado a menor taxa da mesorregião.

Em 1996 a taxa média dos municípios maiores foi de pouco mais de 27 reais, contra quase 110 reais dos municípios menores. Podemos observar que a diferença é bem maior que o triplo em favor dos pequenos.

No período seguinte, 2000, a taxa dos municípios maiores sofre um grande acréscimo saltando para mais de 65 reais por habitante, crescimento percentualmente maior que o dos pequenos que saltaram para quase 172 reais, mas o crescimento maior na taxa dos grandes, pelo mesmo motivo já citado na mesorregião anteriormente considerada, também não foi suficiente para diminuir a diferença entre os números de grandes e pequenos, pelo contrário tal diferença aumentou consideravelmente.

Em 2004 a taxa média de repasse de recursos por habitante dos municípios maiores passou para cerca de 115 reais, enquanto a dos menores foi para mais de 281 reais. Mais uma vez os valores recebidos por todos cresceu e a diferença numérica entre as taxas de grandes e pequenos aumentou em favor dos pequenos.

Entre os maiores municípios amostrados na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, o que nos chama a atenção é que seus resultados no Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) podem ser considerados muito bons em comparação com os dos outros municípios do estado em geral, inclusive, existem dois municípios com índices acima de 0,8, respectivamente a capital, com 0,839 e Pará de Minas, com 0,811. Por outro lado, assim como vem sendo observado em outras regiões mineiras, também aqui existe pelo menos um destaque negativo, é o município de Ibirité que, estando na periferia dessa região, possui o índice de apenas 0,729, ocupando a 426ª posição no ranking estadual.

Se observarmos os dados de repasse recursos para Ibirité, quadro 5, veremos que este município salta do segundo pior resultado na região em 1996 para o segundo melhor em 2000. Ou seja, mais recursos foram direcionados para o município com os piores resultados no IDH-M em 2000. (figura 6)

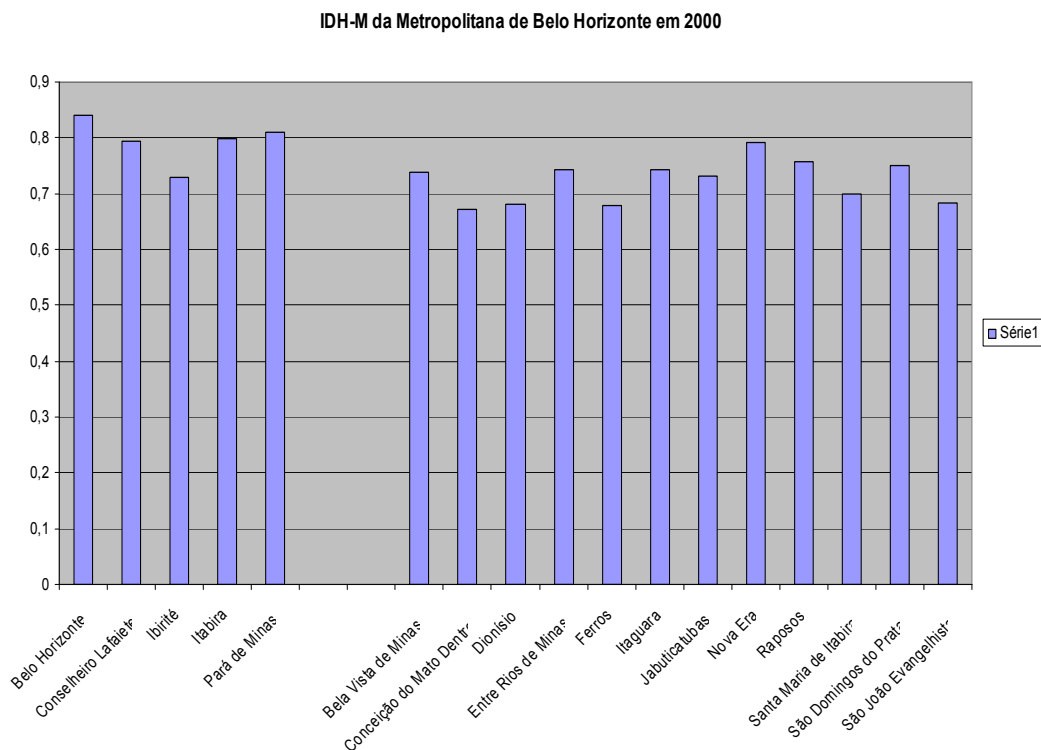


Figura 6: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados na região Metropolitana de Belo Horizonte – 2000.

Fonte de dados: Programa das Nações Unidas Para O Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

Dos doze municípios pequenos amostrados na supracitada mesorregião, quatro não chegam sequer a casa de 0,7 e os demais ficam entre 0,7 e 0,8, sendo o maior índice o de Nova Era, 0,792.

Vimos até aqui, que os municípios maiores possuem em média índices maiores que os pequenos, mas não parece haver uma relação diretamente proporcional entre tamanho da população e melhoria nos índices e podemos notar um exemplo disso na Metropolitana de Belo Horizonte, porque Ibirité possui o pior índice entre os maiores, apesar de ser o segundo mais populoso, enquanto Para de Minas, o menos populoso dessa amostra possui o segundo melhor resultado. O que segue uma possível tendência

de proporcionalidade entre população e IDH-M é Belo Horizonte. Este apresenta os melhores índices e é o mais populoso.

5.1.5 Mesorregião Noroeste de Minas

Por ser uma mesorregião com apenas 19 municípios, foram selecionados apenas 4 para a amostra, sendo apenas um com mais de 50000 habitantes, o município de Paracatu. (Tabela 7)

Tabela 7: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Noroeste de Minas nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Paracatu	68047	53	84412	101,8	81599	180,9
Municípios menores						
Arinos	17149	104,2	18141	175	18009	284,9
Presidente Olegário	17124	138,2	18287	196,3	18132	317,8
Vazante	18938	93,4	19023	173,4	18994	256,8
Total	53211	111,3	55451	181,5	55135	286,1

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Em 1996 Paracatu apresentou um valor de quase 53 reais por habitante, enquanto os três municípios menores analisados, Arinos, Presidente Olegário e Vazante, apresentaram uma média por volta de 111 reais recebidos por habitante.

No ano de 2000, o índice de Paracatu subiu para cerca de 102 reais e a média dos menores passou para mais de 181 reais. Assim como em outros casos analisados, o crescimento percentual das taxas do município grande foi maior do que o crescimento dos pequenos, mas isso não foi suficiente para provocar a redução absoluta da diferença que aumentou em favor dos pequenos.

No último período analisado, 2004, Paracatu recebeu quase de 181 reais por habitante, enquanto a taxa dos menores foi de aproximadamente 286 reais em média. Manteve-se a tendência do crescimento nas taxas de todos os municípios.

Nesta mesorregião, mesmo sem muitos municípios para compararmos, podemos dizer que é a mesorregião em que o município maior amostrado, Paracatu, possui a menor diferença para os pequenos, pois Paracatu possui o IDH-M de 0,76, enquanto os menores perfazem a média de quase 0,73, índices que precisam ser melhorados, pois são baixos em relação à maioria dos demais. (Figura 7)

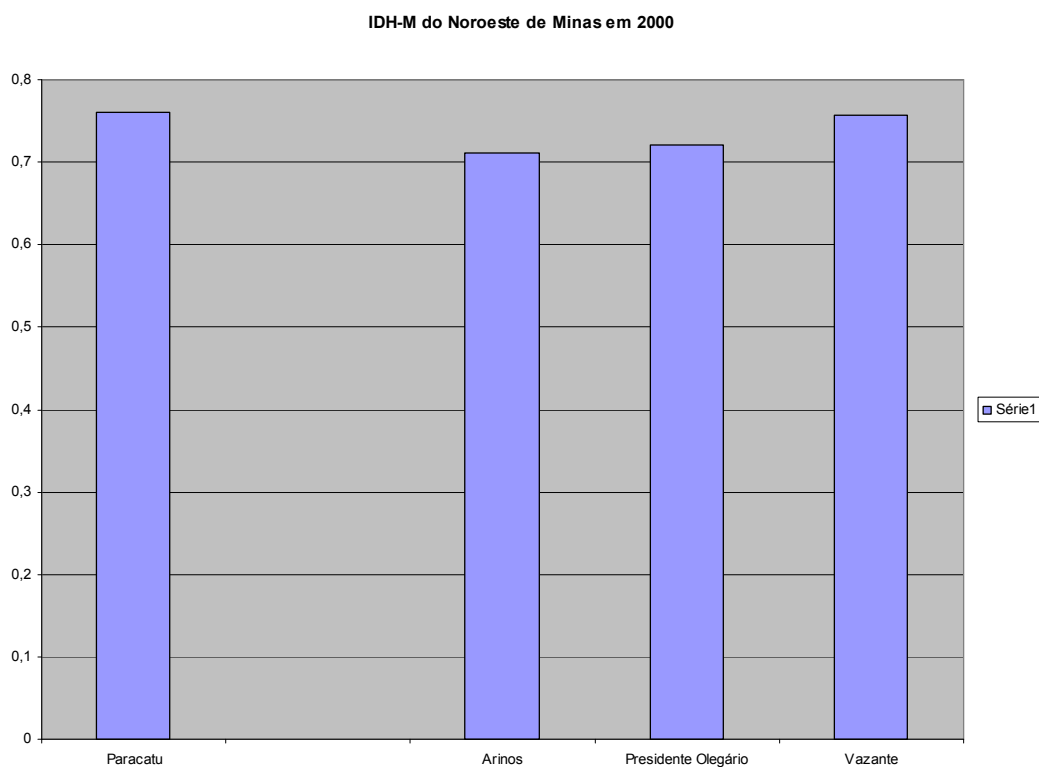


Figura 7: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Noroeste de Minas – 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

5.1.6 Mesorregião Norte de Minas.

No ano de 1996, os municípios maiores da amostra do Norte de Minas apresentaram a taxa média de 50 reais recebidos por habitante, mas essa média esconde uma disparidade muito marcante entre o município mais populoso e o menos populoso selecionados entre os maiores, respectivamente Montes claros com mais de 270 mil habitantes e Salinas com pouco mais de 34, 5 mil habitantes. Também aqui prevalece a tendência de que quanto mais populoso um município, menor sua taxa de recebimento de recursos por habitante, pois Montes Claros não ultrapassou a casa dos 32 reais recebidos por habitante, enquanto que o de salinas alcançou os 100 reais. Neste mesmo ano, os municípios menores da amostra alcançaram a taxa média de 134 reais, com a maior variação ocorrendo entre Itacarambi, 110 reais e Mirabela, 160 reais. (Tabela 8)

Tabela 8: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Norte de Minas nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Bocaiúva	40314	79,4	45349	112,7	44571	216,1
Janaúba	57443	55,4	70093	91,1	67511	171,1
Januária	63896	68,8	62516	114,8	62849	185,9
Montes Claros	271608	32,3	348991	65,7	336132	105,3
Pirapora	48684	60,2	53219	115,1	52326	203,9
Salinas	34561	100,3	37954	132,2	37577	199,5
Total	516506	50,2	618122	85,3	600966	143,8
Municípios menores						
Águas Vermelhas	10894	159,4	13070	191,5	12706	318
Capitão Enéas	13035	111,7	14134	182,1	13822	266,1
Grão Mongol	13275	155	15624	207,5	15196	341,2
Itacarambi	15641	110,9	19159	185,2	18638	381,9
Mato Verde	12694	136,2	12454	202,3	12678	312,2
Mirabela	10794	160,2	12932	186,4	12816	328,6
Montalvânia	16297	125	17145	171,7	17222	294,1
Rubelita	8927	129,2	10342	178,2	10298	330,3
Ubaí	10916	132,3	10690	207,6	10716	336
Total	112473	134,1	125550	189,6	124092	324,4

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Em 2000, os municípios maiores receberam aproximadamente 85 reais por habitante em média, mantendo-se a grande diferença entre Montes Claros, 66 reais e Salinas, 132 reais. Entre os municípios menores, a taxa média foi de quase 190 reais, tendo havido uma redução entre as disparidades nos resultados dos municípios dessa faixa populacional.

Por sua vez, em 2004 a taxa dos municípios maiores subiu para a casa dos quase 144 reais, enquanto a dos menores ficou em torno de 324 reais por habitante, havendo novamente uma redução percentual nas disparidades internas de cada um dos grupos populacionais.

Analisando os dados do ponto de vista cronológico e comparando a evolução de cada um dos grupos em relação ao outro, observamos que nesta região houve um crescimento considerável na disparidade de recebimento de recursos por habitantes entre municípios grandes e pequenos.

Em relação ao IDH-M, o Norte de Minas possui os segundos piores resultados em ambas as categorias populacionais, entre os mais populosos seu resultado só não é pior que o do Jequitinhonha, já entre os menos populosos seu índice fica a frente apenas do Vale do Mucuri. (Figura 8)

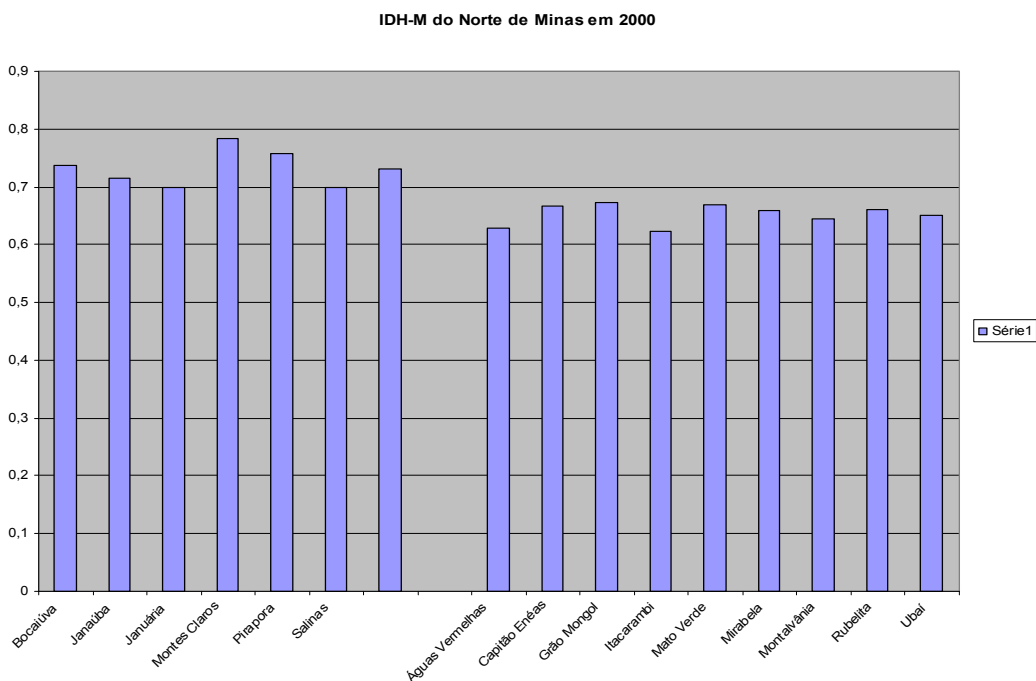


Figura 8: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Norte de Minas – 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

Sua média entre os mais populosos é de 0,732, sendo que nenhum município atinge a casa de 0,8, pior ainda, dois municípios, Januária e Salinas, não atingem sequer a casa de 0,7. Os menos populosos possuem uma média de 0,652, sem que nenhum deles atinja a casa de 0,7, o que caracteriza o Norte de Minas como a segunda região menos desenvolvida do estado segundo a pesquisa da ONU.

5.1.7 Mesorregião Oeste de Minas

No ano de 1996, a taxa dos municípios maiores foi de aproximadamente 56 reais por habitante e os municípios menores dessa mesorregião quase atingiram a casa de 106 reais. No período seguinte, 2000, os municípios maiores tiveram suas taxas elevadas para cerca de 89 reais, enquanto que as dos pequenos foi para a casa dos 164 reais recebidos por habitante. Podemos observar que nessa mesorregião o crescimento na taxa de recursos por habitante dos municípios maiores e menores foram similares. (Tabela 9)

Tabela 9: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Oeste de Minas nos anos considerados.

	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Municípios maiores						
Campo Belo	47369	67,2	52631	97,6	51578	167,8
Divinópolis	171565	50,8	207983	83,6	200636	152,3
Formiga	59629	63,5	67174	98,5	65869	169,5
Total	278563	56,3	327788	88,9	318083	158,4
Municípios menores						
Carmo do cajuru	15961	108,5	19184	167,3	18564	280,3
Carmópolis de minas	14263	101,2	14875	173,9	14714	281,4
Cristais	9076	128,3	10018	182,7	9865	283,7
Santo Antonio do Amparo	15491	94	17850	143,1	17318	261,5
Total	54791	105,8	61927	164,4	60461	275,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Em 2004, os municípios grandes receberam cerca de 158 reais por habitante, apresentando dessa vez um crescimento maior que o do período anterior, mas a taxa dos municípios menores também cresceu mais nesse período chegando à quase 276 reais

recebidos por habitante, por isso, as diferenças nos recursos recebidos por habitante pelos municípios das duas faixas populacionais aumentaram com o passar desses oito anos no Oeste de Minas.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDH-M), o Oeste de Minas apresenta resultados bastante satisfatórios em comparação com o restante do estado, a média dos mais populosos é de 0,8 e a maior diferença entre esses ocorre entre Divinópolis, que possui o índice de 0,831, ocupando a 5ª colocação em Minas Gerais, e Campo Belo, que possui o índice de 0,776 e ocupa apenas a 130ª colocação estadual.

No que se refere aos menores, as diferenças internas do Oeste de Minas não são muito marcantes e o índice médio desses municípios fica na casa de 0,75, maior que o da maioria das demais mesorregiões.(Figura 9)

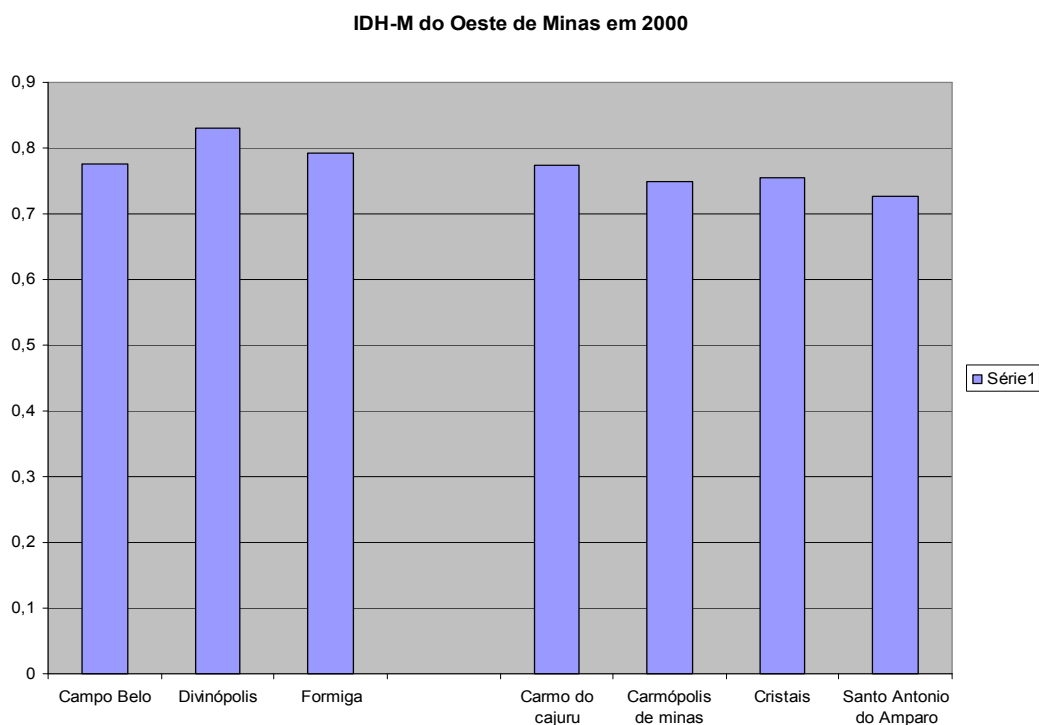


Figura 9: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Oeste de Minas – 2000.

Fonte: Programa das nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

5.1.8 Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas.

Uma marca bastante expressiva da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas em relação às demais mesorregiões já analisadas é o pequeno desnível nos recursos repassados por habitante para os municípios de uma mesma faixa populacional, mas entre os volumes das duas faixas a diferença é muito acentuada. (Tabela 10)

Tabela 10: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Alfenas	58963	59,2	77494	89,1	74272	174,2
Itajubá	79961	50,9	90812	88,3	88770	161,6
Passos	91808	48	106516	76	103670	137,1
Poços de caldas	121831	42,3	154477	94,2	148712	211,5
Pouso Alegre	93166	44,9	125209	88,4	119572	163,8
São Sebastião do Paraíso	53640	59,9	65195	91,6	63097	169,3
Varginha	100168	45,5	124502	84,3	119760	150,4
Total	599537	48,5	744205	87,5	717853	168,9
Municípios menores						
Alterosa	12241	117,9	13982	154,2	13674	269,7
Andrelândia	12549	115,8	12172	167,3	12214	275,2
Areado	11344	127,3	13271	163,9	12952	288
Bom Repouso	10501	82,8	11706	166,8	11342	289,9
Botelhos	14728	98,7	15732	161,6	15539	259,8
Caldas	13047	112,1	13057	164,7	12968	268,7
Carmo de Minas	11779	98,4	13472	146,2	13188	249,5
Cássia	16931	103,5	18357	159,2	18027	267,6
Conceição do Rio verde	11121	104,5	13604	142,5	13197	253,2
Cristina	11541	100,1	10592	185	10514	311,2
Cruzília	13080	110,5	15310	155,2	14838	289,3
Estiva	9978	115,8	10872	168,1	10717	277
Ilicínea	9738	119,4	11825	175,1	11429	263,9
Itamogi	9852	117,8	11802	158,1	11472	297,2
Maria da Fé	14442	100	15330	176,8	15109	289,6
Monte belo	12982	112,9	12673	180,8	12817	270,2
Poço Fundo	14099	102,5	16132	139,4	15831	238,8
Total	209953	107,8	229889	161,8	225828	272,9

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

No ano de 1996 os municípios maiores dessa mesorregião apresentaram a taxa média de 48,5 reais, contra os quase 108 reais dos municípios menores, mais que o dobro de diferença em favor dos menores.

Em 2000, os municípios maiores receberam por volta de 87 reais por habitante e os menores tiveram suas taxas elevadas para aproximadamente 162 reais. O crescimento percentual na taxa dos municípios pequenos foi maior que o crescimento percentual daquela dos municípios grandes, mas a diferença nos números absolutos dos municípios dessas duas grandezas populacionais cresceu.

Já em 2004, a taxa dos municípios maiores subiu para quase 167 reais e entre os municípios menores a média foi próxima de 273 reais. Mais uma vez, o crescimento percentual entre os grandes foi maior que entre os pequenos, mas também novamente a diferença bruta entre as taxas dos municípios grandes e pequenos aumentou.

Entre os municípios maiores da amostra, a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas apresenta o segundo melhor índice de desenvolvimento médio do estado, perdendo (Figura 10)

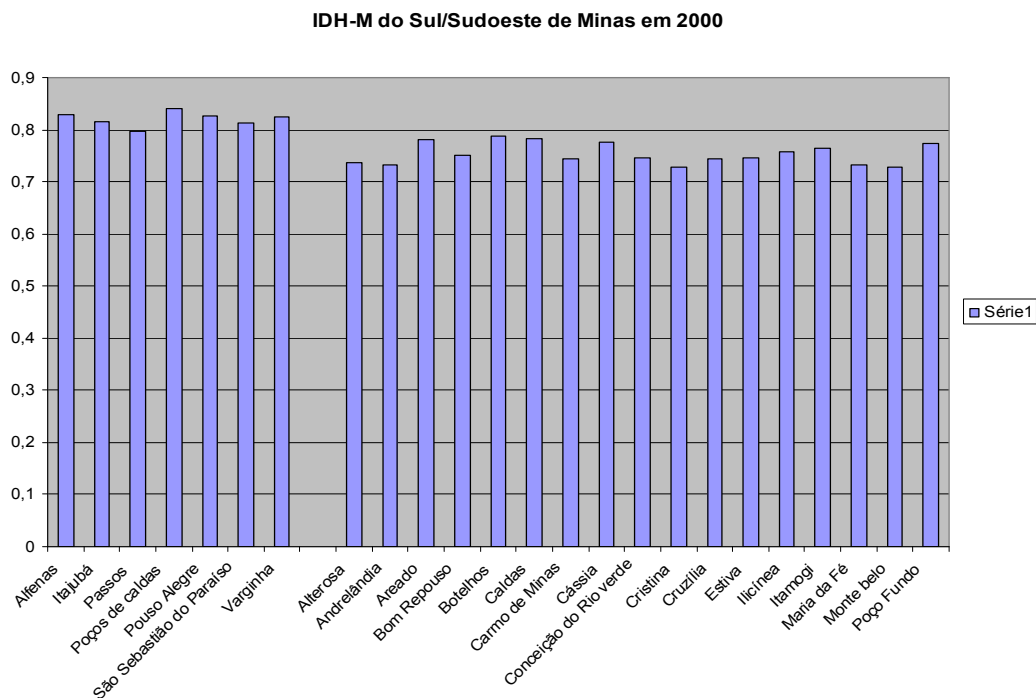


Figura 10: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Sul/Sudoeste de Minas – 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

apenas para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o IDH-M médio dos municípios mais populosos dessa mesorregião é de mais de 0,82 e o principal destaque é Poços de Caldas, que com 0,841 é o primeiro colocado no estado de Minas Gerais, enquanto o pior resultado é o de Passos, o único que não atingiu a casa de 0,8, ficando em 47^a lugar com o índice de 0,797.

No que tange aos municípios menores, o Sul/Sudoeste de Minas também ocupa o segundo lugar em Minas Gerais, sendo novamente ultrapassada apenas pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Aqui o IDH-M médio registrado é de aproximadamente 0,754, sendo que essa mesorregião não apresenta grandes desigualdades internas, pois entre os 17 pequenos municípios amostrados a maior diferença ocorre entre Botelhos, com 0,787 e Monte Belo com 0,727.

5.1.9 Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Nos chama a atenção nessa mesorregião a grande disparidade entre as taxas dos municípios grandes e pequenos, disparidade essa que se mostra maior do que nas outras mesorregiões do estado de Minas Gerais, além disso. Assim como no Norte de Minas a média dos repasses de recursos aos municípios maiores esconde uma grande diferença interna entre o mais populoso e o menos populoso município dos maiores amostrados, respectivamente Uberlândia com 438986 habitantes em 1996 e Ituiutaba com 87751 habitantes, nesse ano o primeiro município apresentou uma taxa em torno de 22 reais por habitante, enquanto o segundo chegou a quase 54 reais. A média dos maiores nesse período foi de mais ou menos 33 reais e a média dos pequenos ficou em torno de 116 reais, diferença maior que o triplo.

Em 2000, a taxa média dos municípios maiores cresceu para 66 reais, ou seja, dobrou, ao passo que a média dos menores cresceu para mais de 193 reais. Nesse período as grandes disparidades observadas no período anterior foram reduzidas percentualmente entre os dois grupos populacionais considerados, mas assim como em outras mesorregiões, a disparidade numérica aumentou. (Tabela 11)

Tabela 11: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Ituiutaba	87751	54	92427	93,4	91407	160,7
Patos de Minas	112712	44,6	139354	78,46	134622	132,6
Uberaba	232413	40,9	290344	73,3	274988	141,1
Uberlândia	438986	22	615354	56,2	570042	104,7
Total	871862	33,2	1137479	66,3	1071059	122,3
Municípios menores						
Campina Verde	18875	114,2	18376	182,3	18597	267,3
Capinópolis	15013	117,9	13917	205	14066	314,1
Conceição das Alagoas	15149	118,6	19449	171,5	18748	332,5
Monte Alegre de Minas	18381	98,6	18070	180,9	18051	283,6
Prata	20801	106,2	22791	171,5	23031	241,4
Rio Paranaíba	10763	138,4	13062	209,7	12593	301,4
Santa Vitória	16920	111,3	16204	233,7	16253	345,5
Total	115902	113,1	121869	190,8	121339	294,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

No que se refere às disparidades internas a cada grupo populacional, a diferença numérica praticamente se manteve, o que demonstra um grande crescimento percentual do município menos favorecido, Uberlândia, em relação aos demais.

Os dados referentes ao ano de 2004 podem ser explicados pelas mesmas colocações do parágrafo anterior, pois a taxa média dos municípios mais populosos subiu para mais de 122 reais e a dos menos populosos saltou para a casa de 294 reais recebidos por habitante nesse ano.

Em relação ao IDH-M, a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se caracteriza como a mais desenvolvida do estado no que diz respeito ao desenvolvimento municipal, isso ocorre tanto entre os municípios maiores quanto entre os menores.

O índice médio dos maiores municípios nela amostrados é de quase 0,824, sendo que os municípios obtiveram índices muito próximos. As maiores diferenças ocorreram

entre Uberaba, com 0,834 e Pato de Minas, com 0,813, diferença pequena, o que caracteriza um desenvolvimento mesorregional bastante alto e equilibrado.

Mesmo na mais desenvolvida mesorregião mineira, o desenvolvimento dos menores é inferior ao dos maiores, aqui os pequenos apresentaram um índice médio de 0,767, mas da mesma forma que os maiores, também entre os pequenos as diferenças internas são pouco marcantes, a maior discrepância ocorre entre Campina Verde, com 0,795 e Rio Paranaíba, com 0,755. (Figura 11)

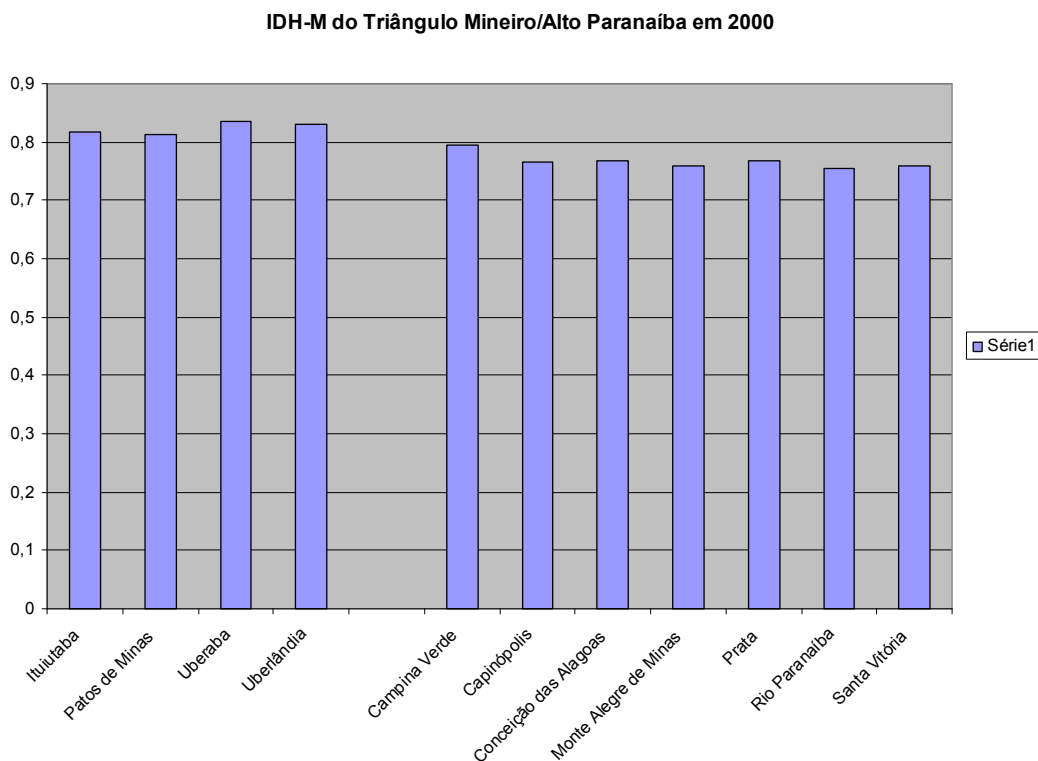


Figura 11: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

5.1.10 Mesorregião Vale do Mucuri.

Essa é mais uma das mesorregiões de Minas Gerais que comportam um número não muito grande de municípios, apenas 23, e por ter poucos municípios mais populosos, nós escolhemos apenas um para representar a faixa populacional maior, no caso Teófilo Otoni que em 1996 tinha uma população de 127.499 habitantes segundo o IBGE.

No Vale do Mucuri, a disparidade nos dados referentes às taxas de recebimento de recursos por habitante nos municípios menores e no maior, Teófilo Otoni, é muito acentuada. (Tabela 12)

Tabela 12: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios do Vale do Mucuri nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Teófilo Otoni	127.499	43,4	127.530	99,5	128.109	157,2
Municípios menores						
Ataléia	15.809	110,1	15.902	201,9	16.161	311,4
Itaipé	9.301	154,9	12.309	173,4	11.833	315,7
Malacacheta	18.158	143,4	19.282	182,8	19.272	276,8
Total	43.268	133,7	47.493	186,8	47.266	298,4

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Em 1996, Teófilo Otoni apresentou a taxa de pouco mais de 43 reais, enquanto que a média dos municípios menores ficou em quase 134 reais, no período seguinte, ano 2000, Teófilo Otoni teve sua taxa elevada para quase 100 reais e a dos municípios menores cresceram para mais de 186 reais. No ano de 2004, a taxa do município maior passou para 157 reais, enquanto a média dos menores atingiu pouco mais de 298 reais.

Em relação ao desenvolvimento municipal, no Vale do Mucuri, Teófilo Otoni, o município mais populoso amostrado, apresenta o IDH-M de 0,742, o que lhe confere apenas 343º lugar no estado. Este é o sétimo pior resultado de todos os 45 municípios mais populosos amostrados e em comparação com as médias mesorregionais, essa

mesorregião é a terceira pior colocada nessa faixa populacional, perdendo apenas para o Norte de Minas e o Jequitinhonha respectivamente.

A média dos pequenos no Vale do Mucuri é de aproximadamente 0,646, o que é o pior resultado das mesorregiões de Minas Gerais. E, aparentemente, o mau resultado nessa mesorregião é bastante generalizado, pois os municípios amostrados tem índices muito próximos, inclusive Ataléia e Malacacheta possuem o mesmo índice 0,653, o mais alto entre os pequenos amostrados dessa mesorregião. (Figura 12)

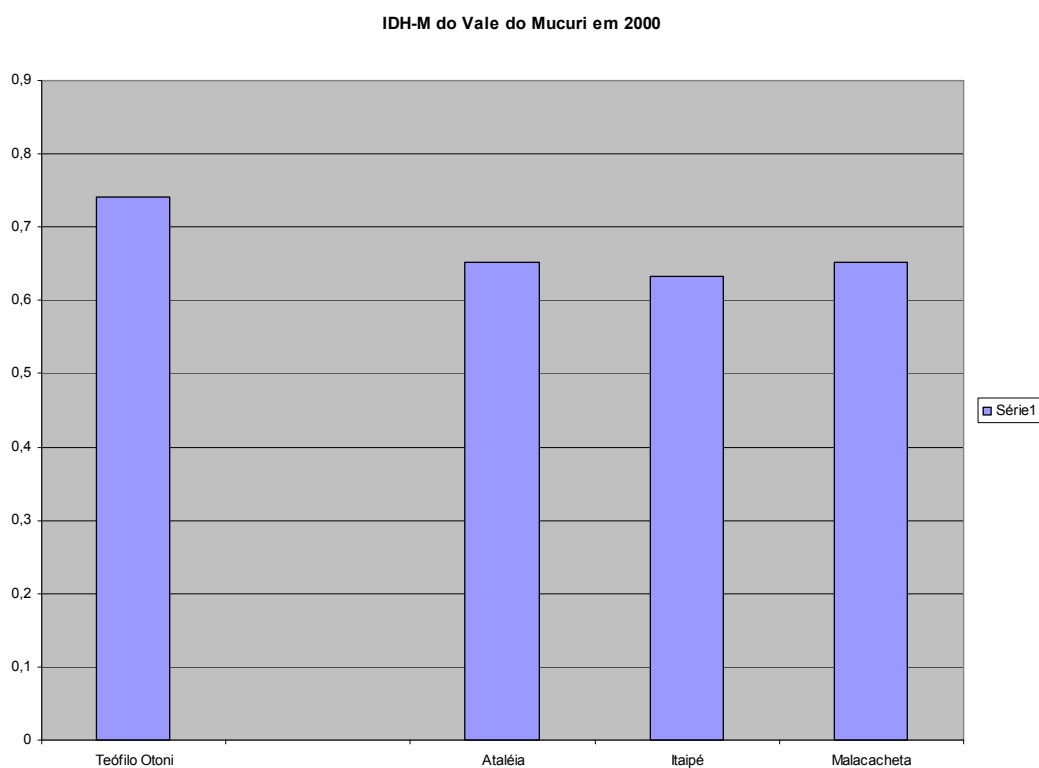


Figura 12: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Vale do Mucuri – 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

5.1.11 Mesorregião Vale do Rio Doce

No Vale do rio Doce, além de haver grandes diferenças entre as médias das taxas dos municípios de diferentes faixas populacionais, também houve significativas

disparidades nos resultados dos municípios mais e menos favorecidos em cada uma das faixas populacionais.

No período de 1996, a média dos municípios mais populosos foi pouco maior que 46 reais e a maior diferença entre os municípios amostrados nessa faixa populacional ocorreu entre Caratinga, com 73 reais e Governador Valadares, com 38 reais. Já entre os menos populosos, a média foi de 116 reais e a maior diferença ficou entre Itanhomi, com 169 reais e Itambacuri, com 91 reais. (Tabela 13)

Tabela 13: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios do Vale do Rio Doce nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Caratinga	72388	72,8	82632	91,1	81151	156,9
Governador Valadares	231242	38,1	259405	83,7	255651	147,3
Ipatinga	195793	46,6	236463	108,9	229133	178,8
Total	499423	46,5	578500	95,1	565935	161,4
Municípios menores						
Açucena	11500	203,9	11227	252,3	11307	374,7
Antônio Dias	9595	122,1	10245	166,8	10184	263,6
Belo Oriente	18060	98	21584	199,4	20952	357,2
Bom Jesus do Galho	16254	108,9	15178	172,1	15482	265,7
Conselheiro Pena	22227	117,6	20492	176,9	20872	277,8
Ipanema	15823	109,9	16956	151,7	16751	243
Itambacuri	22493	91,2	23757	144,8	23424	263,2
Itanhomi	11970	169	10911	237,4	11113	326,2
Peçanha	17486	99,4	17059	174,8	17097	275,9
Resplendor	17459	116,9	16588	222,6	16706	324,8
Rio Vermelho	15342	94,3	14198	195,7	14414	301,1
Total	178209	116,2	178195	186	178302	295,4

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Em 2000, a média dos mais populosos cresceu para de pouco mais de 95 reais, enquanto que a taxa dos menos populosos foi para quase 186 reais. As diferenças nos resultados dos municípios menos populosos reduziram-se muito nesse período, tanto percentualmente, quanto numericamente, já entre os menos populosos, continuaram a haver grandes disparidades, mas entre municípios diferentes dos anteriormente citados,

dessa vez a maior diferença ocorreu entre Açucena, com 252 reais e Ipanema, com 151 reais.

No ano de 2004, a média dos municípios mais populosos cresceu para cerca de 161 reais e a média dos menos populosos para a casa dos 295 reais, nesse período, mais uma vez as disparidades entre os municípios mais populosos foi reduzida e entre os menos populosos as diferenças mais marcantes ocorreram entre os mesmos municípios do período anterior, Açucena, com 375 reais e Ipanema, com 243 reais.

O índice de desenvolvimento médio dos maiores municípios amostrados no Vale do Rio Doce ficou por volta de 0,777, o que coloca essa mesorregião em uma posição intermediária, não estando nem entre as mais desenvolvidas nem entre as menos desenvolvidas do estado, a discrepância mais importante nos índices dos maiores municípios dessa mesorregião ocorre entre Ipatinga, com 0,806 e Caratinga que tem o índice de 0,754. (Figura 13)

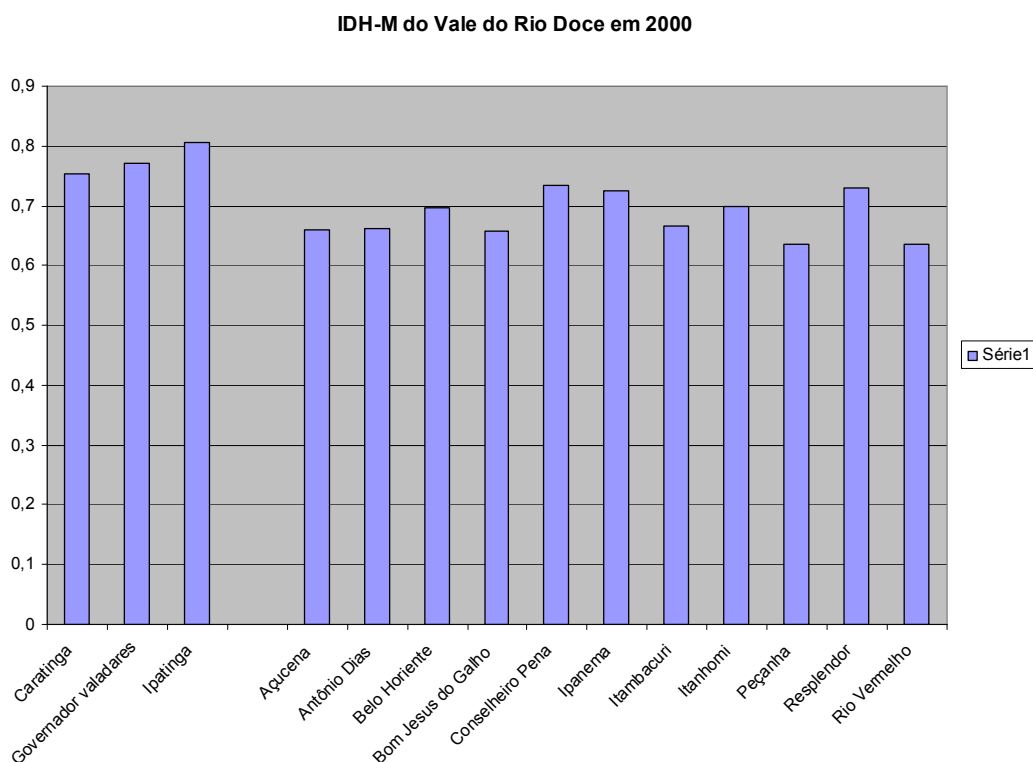


Figura 13: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados no Vale do Rio Doce – 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

Quanto aos menores da mesorregião, o índice médio foi de quase 0,682, sendo esse o quarto pior resultado do estado e a maior diferença acontece entre Conselheiro Pena, que tem o índice de 0,735 e Rio Vermelho, 0,635, diferença de 0,1 pontos que é muito marcante, pois é a segunda maior diferença interna das mesorregiões, ficando atrás apenas da diferença de 0,133 observada entre os menores municípios amostrados da mesorregião Zona da Mata.

5.1.12 Mesorregião da Zona da Mata.

Entre os municípios mais populosos da Zona da Mata, o que nos chama a atenção num primeiro momento é uma grande diferença nos resultados de Juiz de Fora e Ponte Nova, diferença essa que se mantém mais ou menos proporcional nos três momentos analisados e que segue a tendência de que os municípios mais populosos recebem menos recursos por habitante que os menos populosos.

Entre os menos populosos, também há diferenças, mas essas são percentualmente menores e há alternância entre os municípios mais díspares nos três períodos analisados, assim como também há reduções percentuais em tais disparidades, por essa razão não iremos detalhar esses dados.

Os dados relativos ao ano de 1996 mostram que a taxa média dos municípios mais populosos foi de aproximadamente 38 reais, sendo que Juiz de fora, com 424479 habitantes recebeu 21 reais por habitante, enquanto que Ponte Nova, com seus 54325 habitantes registrou a taxa de 64 reais recebidos por habitante. Já a média dos menos populosos ficou em torno de 112 reais.

No ano do registro seguinte, 2000, os municípios maiores tiveram suas taxas elevadas para quase 73 reais e neste ano, Juiz de fora registrou o recebimento de 56 reais por habitante contra os 123 reais de Ponte Nova. A média das taxas dos municípios menores cresceu para 166 reais, notemos que em relação às taxas médias, nesta mesorregião se mantém a tendência de quase todas as outras em quase todos os períodos, ou seja, o crescimento é percentualmente maior entre os mais populosos, mas não o suficiente para provocar a redução numérica entre suas taxas e as dos menos populosos. (Tabela 14)

Tabela 14: População e repasse de recursos por habitante (em reais) para os municípios da Zona da Mata nos anos considerados.

Municípios maiores	População em 1996	Recursos por habitante em 1996	População em 2000	Recursos por habitante em 2000	População estimada de 2004	Recurso por habitante em 2004
Cataguases	61984	56,4	68298	100,8	66977	176,1
Juiz de Fora	424479	21,1	517029	56,1	493121	109,8
Manhuaçu	59228	64	73516	86,1	71561	155,1
Muriaé	84905	51,2	100073	78,7	97628	151,7
Ponte Nova	54325	64,2	57344	123,4	56720	204,8
Ubá	77159	49	98778	80,1	94584	127,9
Viçosa	57450	55,2	74607	96	71624	171,1
Total	819530	37,9	989645	73	952215	134,2
Municípios menores						
Abre Campo	12927	134,4	13313	197,5	13324	294,8
Astolfo Dutra	11342	127,2	12095	182,9	12007	280,7
Bicas	11822	97,7	13942	157,7	13590	278,4
Ervália	15704	110,1	18102	142,2	17771	259,5
Espera Feliz	18847	92,2	21256	148,5	21033	240,1
Guaraciaba	10371	111,4	10056	198,2	10119	257,8
Laginha	16426	105,8	21226	135,9	20706	249,6
Lima Duarte	14925	117	16497	165,7	16255	276,8
Mercês	10064	114,8	10051	181,9	10054	278,6
Miraí	13668	127	12418	208,7	12437	319,7
Piranga	16989	101,7	17511	157,6	17358	264
Pirapetinga	10600	109,3	10805	193,1	10569	338,2
Piraúba	10266	112,3	12617	155,8	12165	263,5
Rio Pomba	15563	111,3	17449	145,8	17116	238,7
Simonésia	16647	104,0	17299	166,1	17169	268,1
Teixeiras	10682	134,6	11980	192,2	11726	299,6
Total	216843	111,9	236617	166,2	233399	271,5

Fonte dos dados Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração do autor.

Em 2004, a média nos resultados dos mais populosos subiu para mais de 134 reais, ficando Juiz de Fora com a taxa de quase 110 reais e Ponte Nova com quase 205 reais. Neste ano os municípios menores tiveram sua média elevada para cerca de 271 reais, mais uma vez a disparidade percentual diminuiu, enquanto a distância numérica nas taxas de municípios grandes e pequenos aumentou em favor dos pequenos.

Considerando o Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDH-M), a Zona da mata se caracteriza por apresentar uma diferença reduzida entre as médias dos

municípios maiores e menores, os maiores possuem a média de pouco mais de 0,788 e os menores, pouco mais de 0,723. Essa região também se caracteriza por apresentar diferenças internas a cada grupo populacional muito altas. Entre os maiores, Juiz de Fora com 0,828 e Ponte Nova com 0,766 são os exemplos mais marcantes, já entre os menores encontramos a maior diferença interna em uma mesoregião no estado entre Bicas, que tem o índice de 0,799 e Guaraciaba, com 0,666. (Figura 14)

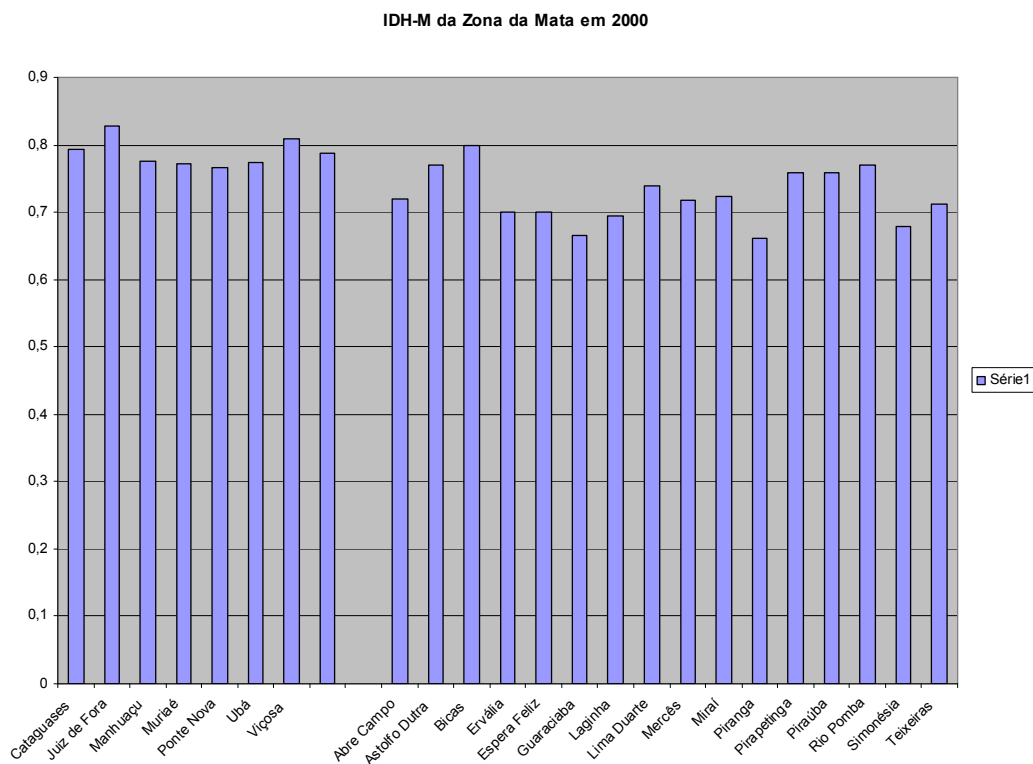


Figura 14: Gráfico do IDH-M dos municípios amostrados na Zona da Mata – 2000.

Fonte dos dados: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

Podemos ver que os índices médios dessa mesoregião a colocam em uma posição intermediária no estado, mas também escondem grandes desigualdades internas, entre os maiores e principalmente entre os menores municípios.

5. 2 Considerações Sobre os Grupos Populacionais das Mesoregiões.

Com base no artigo “Diferenças Socioeconômicas das Regiões de Minas Gerais”, escrito por Scavazza (2003), onde a autora realiza comparações entre os Índices de Desenvolvimento Municipais das regiões mineiras medidos em 1991, com os medidos em 2000, pode-se dizer que houve uma melhora significativa nos números dos índices dos municípios mineiros em 2000, se comparados com os de 1991.

Observa-se, segundo Scavazza (2003), que 33 municípios, 3,87% do total de municípios no Estado em 1991, possuíam IDH-M considerado baixo, ou seja, menor que 0,499, e não havia, no mesmo ano, nenhum município mineiro com IDH-M alto, maior que 0,8. Em 2000, por sua vez, 39 municípios apresentavam IDH-M alto, o que representava 32,45% da população do Estado. Ao passo que já não havia mais nenhum município com IDH-M baixo.

Mas essas melhoras não significaram uma redução nas desigualdades regionais, que se mostraram grandes em ambas as medições.

5.2.1 Considerações sobre o desenvolvimento municipal, por regiões, nas duas classes populacionais consideradas, em 2000.

Sobre os mapas que se seguem, devemos observar que embora estejam marcados todos os municípios das regiões, eles foram elaborados com base nos dados apenas dos municípios amostrados.

Ao considerarmos especificamente o desenvolvimento municipal nas diferentes mesorregiões com base nos estudos da ONU feitos em 2000 e expostos nas figuras 15 e 16, e detalhado na tabela 15, a seguir, o que nos chama mais atenção, logo de início, é que em maior ou menor grau os municípios maiores apresentam melhores resultados que os menores em todas as mesorregiões, situação que, como veremos nos tópicos a seguir, é muitas vezes oposta à que se refere aos repasses de verba, onde os menores têm as melhores taxas de recursos recebidos por habitante. (Figura 15)

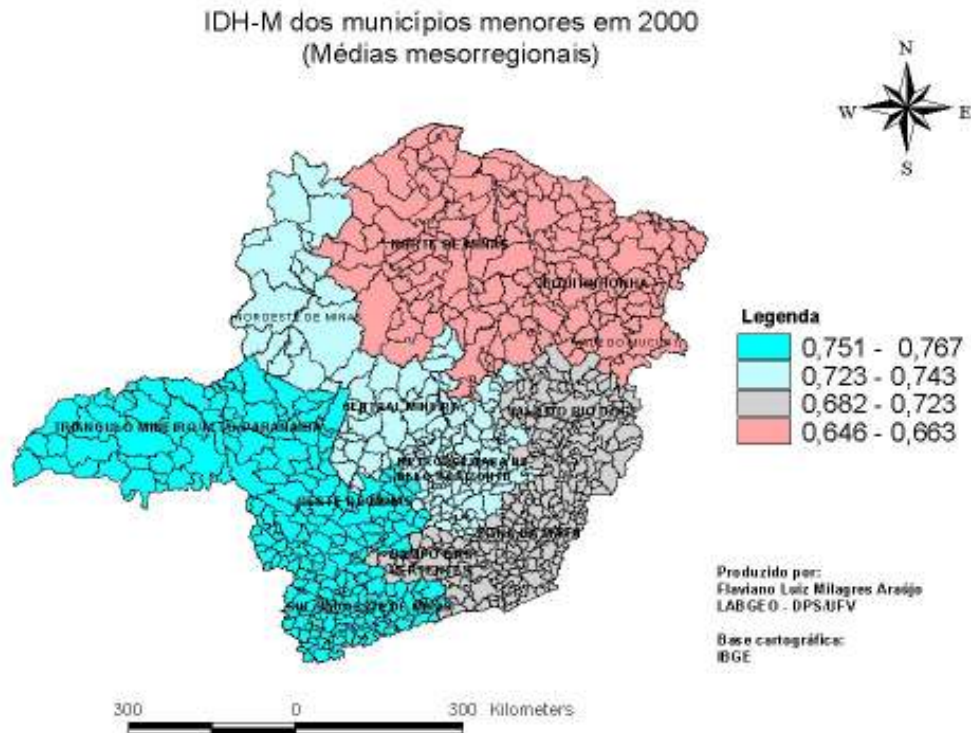


Figura 15: Mapa do IDH-M médio das mesorregiões para os municípios menores da amostra em 2000.

Fonte: Programam das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

Podemos observar nas figuras 15 e 16 que comparando o desenvolvimento dos municípios das regiões entre si, os mapas das duas categorias populacionais ficam muito parecidos um com o outro, tal fato pode ser interpretado como sendo fruto das desigualdades regionais, que possuem um padrão semelhante tanto entre os municípios maiores quanto entre os menores.

Outro aspecto a ser observado refere-se às diferenças no IDH-M dos municípios maiores e menores. Atentando-se para as legendas dos mapas, é possível ver que entre os municípios maiores, este índice é maior que entre os menores. Ainda assim, as diferenças entre as regiões se mantêm pouco alteradas. (Figura 16)

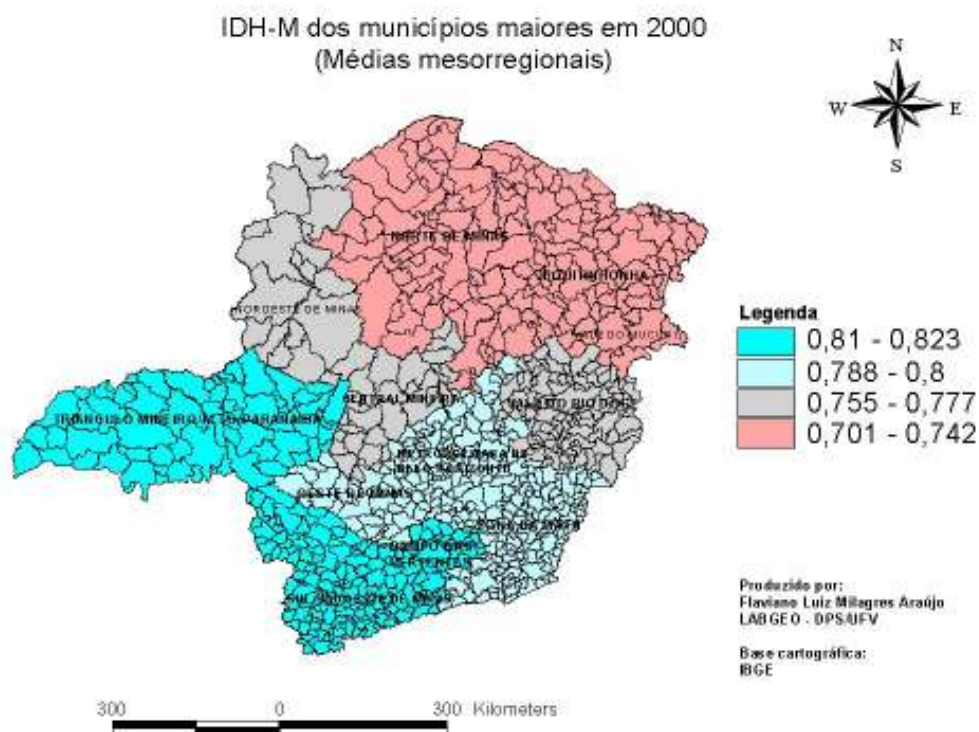


Figura 16: Mapa do IDH-M médio das mesorregiões para os municípios maiores da amostra em 2000.

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

A tabela 15, a seguir, nos ajuda a interpretar as figuras 15 e 16.

Tabela 15: IDH-M médio das mesorregiões.

Posição	ordem decrescente do IDH-M dos municípios maiores	IDH-M em 2000	Posição	ordem decrescente do IDH-M dos municípios menores	IDH-M em 2000
1	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,823	1	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,767
2	Sul/Sudoeste de Minas	0,82	2	Sul/Sudoeste de Minas	0,754

3	Campo das Vertentes	0,81	3	Oeste de Minas	0,751
4	Oeste de Minas	0,8	4	Central mineira	0,743
5	Metropolitana de Belo Horizonte	0,793	5	Noroeste de Minas	0,73
6	Zona da Mata	0,788	6	Metropolitana de Belo Horizonte	0,723
7	Vale do Rio Doce	0,777	7	Zona da Mata	0,723
8	Noroeste de Minas	0,76	8	Campo das Vertentes	0,719
9	Central mineira	0,755	9	Vale do Rio Doce	0,682
10	Vale do Mucuri	0,742	10	Jequitinhonha	0,663
11	Norte de Minas	0,732	11	Norte de Minas	0,652
12	Jequitinhonha	0,701	12	Vale do Mucuri	0,646

Fonte: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU).

Elaboração do autor.

5.2.1 Os Menos Populosos.

Ao observarmos as figuras 17, 18 e 19, que tratam dos recursos recebidos por habitantes nos municípios menores com a figura 15, referente ao IDH-M dos mesmos, percebemos que as diferenças nas taxas médias das mesorregiões estão de certa forma relacionadas com seus índices médios de desenvolvimento municipal, relação essa que se apresenta inversamente proporcional, ou seja, quanto menos desenvolvidos os municípios da mesoregião, maior tende a ser a sua taxa de recursos recebidos por habitante. (Figura 17)

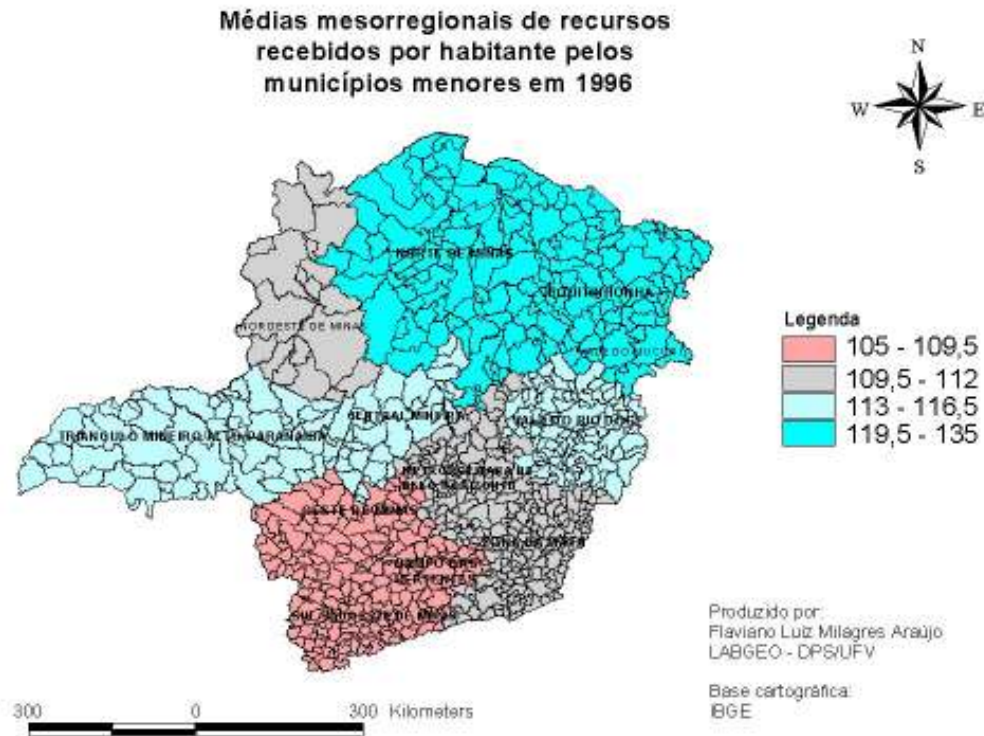


Figura 17: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios menores da amostra em 1996.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração do autor.

Analisando a figura 18, a seguir, que trata do repasses de verba para os municípios pequenos em 2000, percebemos que os resultados do Norte de Minas e do Vale do Mucuri apontam indícios de que os repasses de verbas públicas estejam sendo mais direcionados às regiões mais pobres, pois elas possuem seus resultados médios entre os maiores do estado, ao passo em que também estão entre os mais pobres, como nos mostra a figura 15. (Figura 18)

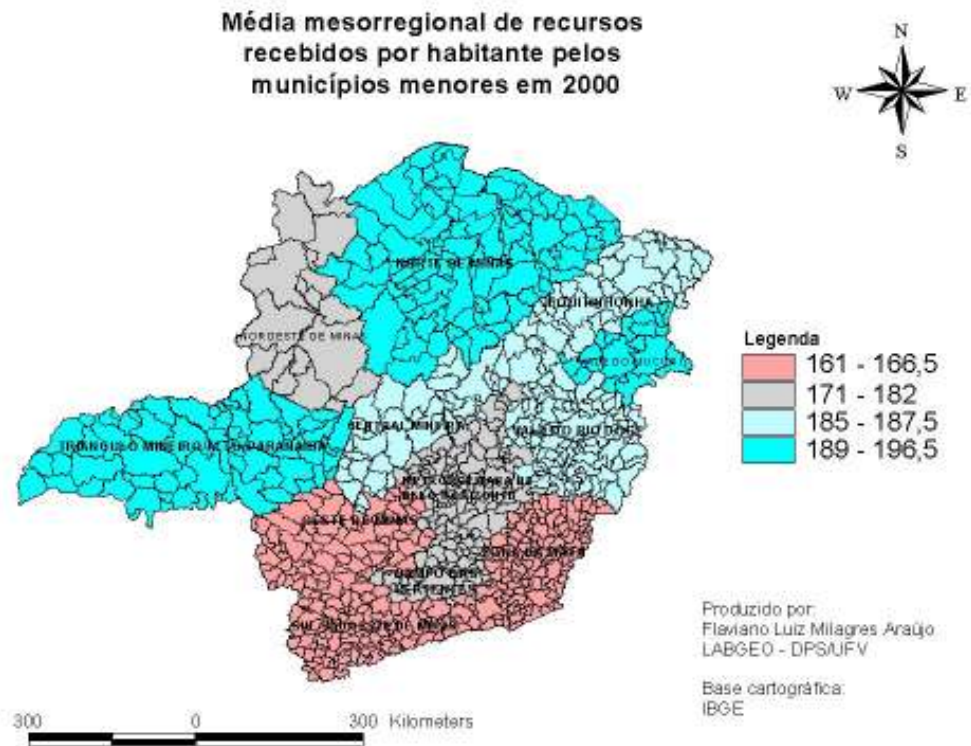


Figura 18: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios menores da amostra em 2000.

Fonte dos dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração do autor.

No outro extremo da análise ocorre um fato de certa forma inesperado, que é a ausência do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba entre aquelas que possuem as menores taxas, ocorre inclusive que nessa segunda medição, o seu índice ser o segundo maior do estado, perdendo apenas para o Vale do Mucuri, mesorregião muito mais pobre que a primeira.

Outra tendência muito clara entre os municípios menores das diferentes mesorregiões ao longo do tempo, é que há um nítido distanciamento entre as taxas das regiões mais e menos beneficiadas ao longo das três medições. (Figura 19)

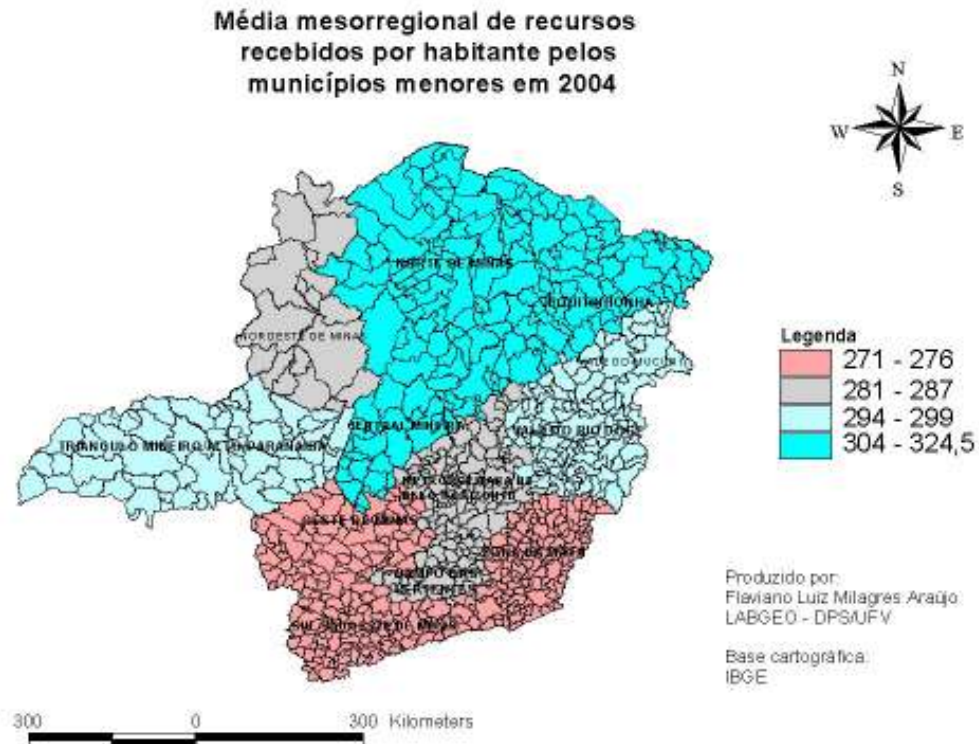


Figura 19: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios menores da amostra em 2004.

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração do autor.

Entre as medições de 2000 e 2004, o que mais nos chama a atenção é a ocorrência de alterações entre as mesorregiões mais e menos favorecidas, por exemplo, o Vale do Mucuri, que em 2000 apresentava o melhor resultado, acabou caindo para a quarta posição, sendo ultrapassado pelo Norte de Minas, a Central Mineira e o Jequitinhonha, que agora ocuparam os primeiros lugares respectivamente.

Entre os menos favorecidos do estado, as colocações se mantiveram pouco alteradas nos três períodos analisados, mas a disparidade entre essas e as mesorregiões com as maiores taxas aumentou progressivamente. E como podemos ver na figura 15, essas mesorregiões que menos receberam recursos por habitantes estão entre as mais desenvolvidas do estado, exceção novamente feita ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que é uma das mais desenvolvidas, ao mesmo tempo em que apresenta bons resultados de repasse de recursos por habitante.

5.2.1 Os Mais Populosos.

Ao observarmos os dados referentes ao repasse de recursos para os municípios mais populosos, expostos nas figuras 20, 21 e 22, com os dados referentes ao desenvolvimento municipal nas mesorregiões expostos na figura 16, percebemos que a tendência de os menos desenvolvidos receberem mais recursos, vista entre os municípios menores, se mantêm, mas com algumas pequenas distorções. (Figura 20)

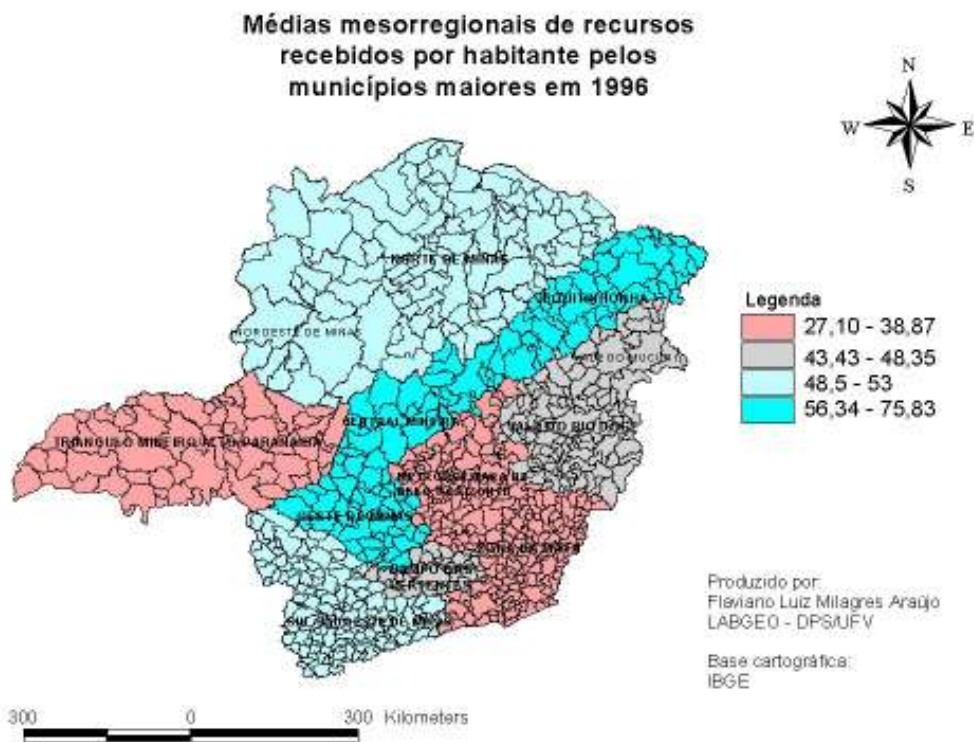


Figura 20: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios maiores da amostra em 1996.

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração do autor.

As principais distorções na tendência, que deveria levar os menos desenvolvidos a receberem mais recursos que os mais desenvolvidos, podem ser explicadas pelo fato de que entre os maiores municípios selecionados há diferenças populacionais muito maiores que na faixa populacional anteriormente analisada, (Figura 21)

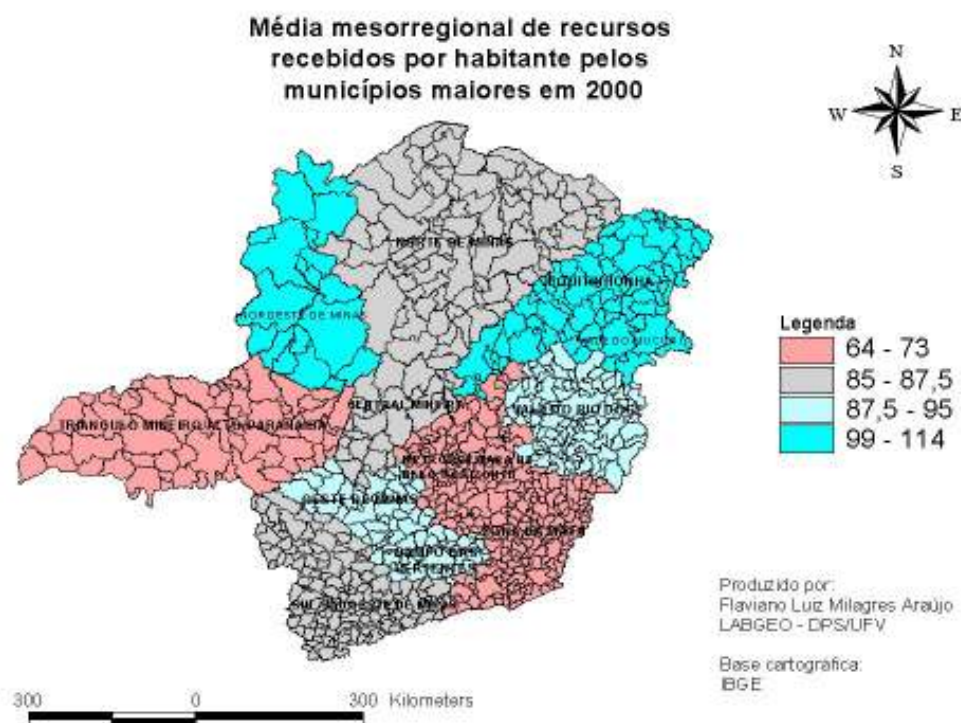


Figura 21: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios maiores da amostra em 2000.

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração do autor.

e por isso, podemos notar outra tendência; de uma relação inversamente proporcional entre o número de habitantes e a taxa de recebimento de recursos por habitante, que interfere na primeira tendência citada.

Regiões como a Metropolitana de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que quase sempre figuram entre as menos beneficiadas pelos recursos públicos, são as mais populosas do estado, além de estarem também entre as mais desenvolvidas. No outro extremo, o Jequitinhonha, que aparece nas medições sempre entre as maiores beneficiadas, também é disparada a menos populosa dessa categoria populacional e está entre as menos desenvolvidas como nos mostra a figura 16.

Nesses casos, a interpretação é fácil, pois ambos os fatores, tamanho populacional e desenvolvimento agem no mesmo sentido, de aumentar ou reduzir o volume de recursos recebidos pelos municípios das regiões, mas no caso das outras regiões essas duas variáveis algumas vezes agem em sentido contrário, como no caso do

Norte de Minas e do Vale do Mucuri, que estão entre os menos desenvolvidos do estado e por isso, seguindo a tendência, deveriam receber um maior volume de recursos. Por outro lado, nesta categoria populacional, estas regiões são mais populosas que boa parte das outras, o que, seguindo a outra tendência, deveria fazê-los receber menos recursos. (Figura 22)

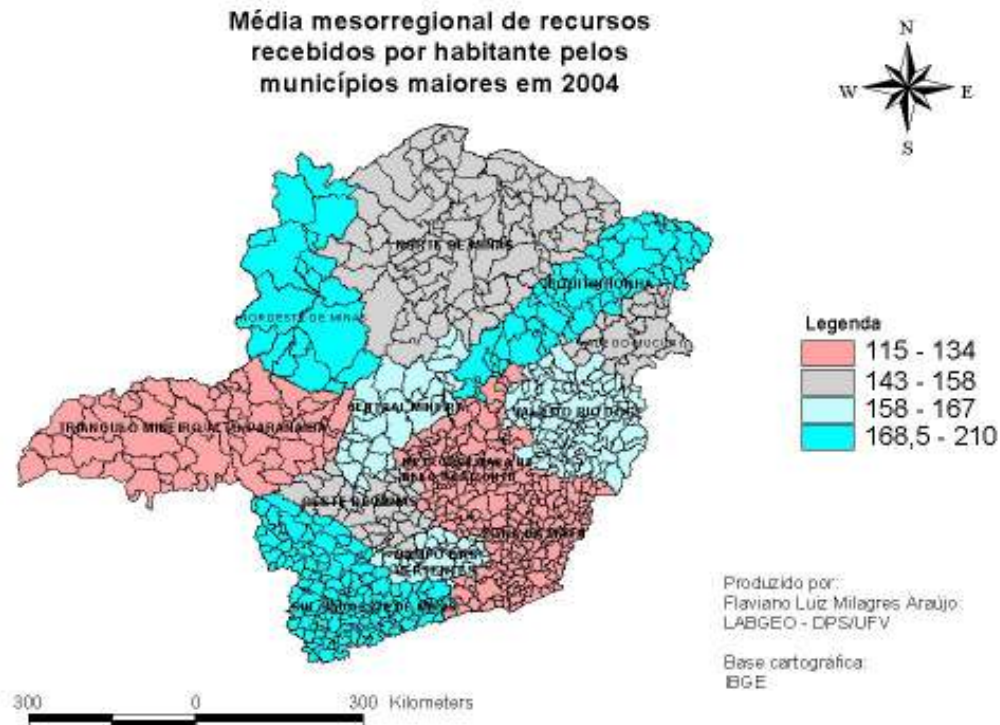


Figura 22: Mapa da Média mesorregional dos recursos recebidos (em reais) por habitante para os municípios maiores da amostra em 2004.

Fonte de dados: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração do autor.

Por isso, precisamos considerar as médias populacionais das mesorregiões para podermos interpretar as figuras 20, 21 e 22. (Tabela 16)

Tabela 16: Média populacional dos municípios maiores amostrados das mesorregiões mineiras.

Mesorregião	População média em 1996	População média em 2000	População média em 2004
Jequitinhonha	36928	39324,7	39059,7
Central mineira	63467	73792	71871
Noroeste de Minas	68047	84412	81599
Sul/Sudoeste de Minas	85648,1	106315	102550,4
Norte de Minas	86084,3	103020,3	100161
Campo das Vertentes	90378,5	106446	103388,5
Oeste de Minas	92854,3	109262,7	106027,7
Zona da Mata	117075,7	141377,9	136030,7
Vale do Mucuri	127499	127530	128109
Vale do Rio Doce	166474,3	192833,3	188645
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	217965,5	284369,8	267764,8
Metropolitana de Belo Horizonte	424915,3	501373,7	484696,3

Fonte de dados: IBGE.

Elaboração do autor.

Ou seja, entre os municípios maiores amostrados, devido à grande diferença populacional, é difícil compararmos os dados do desenvolvimento municipal das regiões com os dados de recursos repassados para as mesmas para identificarmos apontamentos mais precisos, como o fizemos entre os municípios menores.

Considerações Finais

Entre os menores municípios amostrados, pode-se apontar tendências no sentido dos municípios das regiões menos desenvolvidas receberem mais recursos por habitante do que os mais desenvolvidos, a exceção principal do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que figura entre as mais desenvolvidas e entre as que mais receberam recursos por habitante.

Por sua vez, entre os maiores municípios amostrados, os apontamentos feitos devem ser mais discretos, uma vez que a variável tamanho da população nas diferentes regiões muitas vezes interfere nas observações sobre o repasse de verbas para as mesmas. Ainda assim, alguns apontamentos podem ser feitos, como nos casos da região

Metropolitana de Belo Horizonte, do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do Jequitinhonha, que seguiram a tendência de uma relação inversamente proporcional entre seus IDH-Ms e suas taxas de recebimento de recursos por habitante.

Pensamos que diversos fatores interferem no desenvolvimento das regiões e dos municípios; como uma população mais qualificada para o trabalho e mais politizada para exercer sua cidadania cobrando e fiscalizando as autoridades quanto as suas ações e omissões; a existência de boa infra-estrutura de transporte e comunicação; a existência de políticas de apoio e assistência a empreendimentos agrícolas, industriais e comerciais que os moradores locais queiram implantar, seja através da ação individual ou cooperativa, esses são alguns exemplos apenas. Mas devemos observar que muitos desses fatores estão de alguma forma ligados aos repasses de recursos públicos para a região ou município, que pode dar ao poder público local a possibilidade de investir na educação, na infra-estrutura municipal e implantar junto à população as políticas que fomentem, não apenas o crescimento, mas o desenvolvimento *latu-sensu* de seu município e região, especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Por tudo isso, e com base em todas as análises realizadas concluímos que, em ambas as faixas populacionais, principalmente entre os menores, pode-se identificar, com alguma cautela em relação a outras variáveis que interferem no repasse de recursos, apontamentos para a tendência de que os municípios menos desenvolvidos receberam um volume de recursos públicos por habitante maior do que os mais desenvolvidos, o que pode significar que o Estado, através do repasse de recursos públicos, tenha trabalhado no sentido de procurar reduzir as desigualdades regionais mineiras, incentivando o desenvolvimento dos municípios e regiões menos desenvolvidos no período considerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIM, S. **O Desenvolvimento Desigual**: Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 328 p.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)*, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Seção III, cap V, art 25.

BOURDIEU, P. A demissão do Estado. In: *A miséria do mundo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 215-225. a

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. . In: *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis,: Vozes, 1998. p. 159-167. b

CARNEIRO, P.A.S., FONTES, M. Aspectos geográficos e agrícolas do estado de Minas Gerais. IN: FONTES, R., FONTES, M. (Org.). *Crescimento e desigualdade regional em Minas gerais*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2005. p. 151-218. a

CARNEIRO, P. A.S. *Desigualdades Socioespaciais nos municípios da Zona da Mata Mineira*. 2005, 92 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). UFV – CCH – Curso de Geografia. Viçosa (MG), 2005. b

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 63-81.

DOLFUS, O. *O espaço Geográfico*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.120 p.

DOWBOR, L. Globalização e Tendências Institucionais. In DOWBOR, L; IANNI, O., RESENDE, P. E. A. *Desafios da Globalização*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. p. 9-17.

FIESP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Crescimento econômico: como superar limitações e atingir o desenvolvimento social**. São Paulo. 2002. 84 p. Estudo Encomendado.

GOMES, H. *A Produção do espaço Geográfico no Capitalismo*, 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991, 74 p.

IANNI, O. A Política mudou de lugar. In DOWBOR, L; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. *Desafios da Globalização*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. p.17-28.

Organização das Nações Unidas (ONU). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNDU. *Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/BR/calculo_idh.doc> Acesso em: 4 jul.2007.

SANTOLIN, R., FONTES, R.; SILVA Jr, G. E. Equalização fiscal e convergência de renda em Minas Gerais. In: FONTES, R.; FONTES, M. (org.). *Crescimento e desigualdade regional em Minas gerais*. Viçosa: CNPq, Folha da Mata, 2005. p. 325-359.

SANTOS, M. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: USP, 2003. 204 p.

———. *Espaço e Sociedade (ensaios)*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979. 152 p. a

———. *Pobreza Urbana*, 2 ed. São Paulo: UCITEC, 1979. 119 p. b

SCAVAZZA, J. F. *Diferenças socioeconômicas das regiões de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2003. 24 p.

SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 208 p.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p.

SPOSATI, A. O. et al. *Assistência nas trajetórias das Políticas Sociais Brasileiras: Uma análise em questão*. 5. ed. São Paulo, Cortez. 1992. 112 p.

Fontes dos dados.

www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferenciasconstitucionais.asp

www.pndu.org.br/atlas/tabelas/index.php